INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM INTEGRAÇÃO CONTEMPORÂNEA DA AMÉRICA LATINA (PPGICAL)

UNIVERSIDADES COMO ATORES PARADIPLOMÁTICOS NA INTEGRAÇÃO REGIONAL?

UMA ANÁLISE A PARTIR DA UNILA

RAISSA LORENA MALCHER SENA

Foz do Iguaçu
2022

INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM INTEGRAÇÃO CONTEMPORÂNEA DA AMÉRICA LATINA (PPGICAL)

UNIVERSIDADES COMO ATORES PARADIPLOMÁTICOS NA INTEGRAÇÃO REGIONAL?

UMA ANÁLISE A PARTIR DA UNILA

RAISSA LORENA MALCHER SENA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Integração Latino-Americana.

Orientador: Prof. Dr. Mauro Victoria Soares.

Foz do Iguaçu
2022

Catalogação elaborada pelo Setor de Tratamento da Informação
Catalogação de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA - CENTRAL

S474u
Sena, Raissa Lorena Malcher.
Universidades como atores paradiplomáticos na integração regional: uma análise a partir da UNILA / Raissa Lorena Malcher Sena. - Foz do Iguaçu, 2022.
67 fls.: il.

Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política, Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina.
Orientador: Mauro Victoria Soares.

1. Universidade Federal da Integração Latino-Americana. 2. Integração latino-americana. 3. MERCOSUL (Organização). 4. Política internacional - Brasil. 5. Paradiplomacia. I. Soares, Mauro Victoria. II. Título.

CDU 378.4:339.92

RAISSA LORENA MALCHER SENA

UNIVERSIDADES COMO ATORES PARADIPLOMÁTICOS NA INTEGRAÇÃO REGIONAL?

UMA ANÁLISE A PARTIR DA UNILA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Integração Latino-Americana.

BANCA EXAMINADORA

_____

Orientador: Prof. Dr. Mauro Victoria Soares
UNILA

_____

Profa. Dra. Renata Peixoto de Oliveira
UNILA

_____

Prof. Dr. Paulo Gustavo Pellegrino Correa
UNIFAP

_____

Prof. Dr. Félix Pablo Friggeri
UNILA

Foz do Iguaçu, 10 de março de 2022.

Dedico este trabalho à minha avó Arlete que, onde estiver, está comemorando com músicas, gargalhadas e dancinhas.

AGRADECIMENTOS

À minha família, que sempre apoiou as minhas escolhas:

Mãe, obrigada por me ensinar sobre amor incondicional e por não medir esforços para me ajudar a crescer. É o maior clichê e a maior verdade: essa conquista não seria possível sem o seu amparo.

Renata, obrigada por ser minha grande incentivadora e por todas as vezes que ofereceu escuta e palavras de conforto. Saber que sempre posso contar contigo faz eu tentar enxergar as situações com mais otimismo.

Pai, a sua força e a sua perseverança me motivam diariamente a correr atrás dos meus objetivos. Obrigada por todos os ensinamentos e por toda a paciência.

Aos amigos e às amigas, em especial à Luiza. Obrigada pela lealdade e pelo companheirismo. Sem a nossa amizade, tudo teria sido mais difícil.

Ao meu namorado, Gaudêncio, por me presentear com incentivo, apoio e muitos momentos felizes.

À equipe do CCAA – Foz do Iguaçu, que proporcionou um ambiente de trabalho cheio de generosidade e gentileza. Obrigada pela cooperação, tolerância e, principalmente, por terem respeitado os meus objetivos desde o início.

Ao corpo docente e técnico do Mestrado em Integração Contemporânea da América Latina, pelo acolhimento e pelo engajamento com o projeto de uma universidade necessária.

Ao meu orientador, professor Mauro, por ter demonstrado muita empatia e compreensão durante o processo. Pude visualizar que a sua humildade é um traço característico que está presente em todas as circunstâncias: seja ministrando uma aula, seja fazendo apontamentos em uma reunião de orientação, ou mesmo em uma conversa informal. Obrigada por ser um exemplo a ser seguido!

Aos professores que aceitaram compor a banca avaliadora deste trabalho e que muito acrescentaram na minha experiência acadêmica:

Professor Paulo Gustavo, obrigada por me acompanhar desde a graduação e por sempre contribuir com questionamentos e visão crítica. As suas indagações geraram inquietudes que foram essenciais para o desenvolvimento da minha pesquisa. Sou muito grata por ter sido sua aluna e me sinto honrada por continuar recebendo os seus valiosos conselhos.

Professora Renata, obrigada pelo constante empenho em auxiliar na trajetória

de cada discente que participa de suas aulas. A sua dedicação é visível e contagiante. Foi inspirador ver o seu compromisso em buscar diferentes metodologias e em apresentar conteúdos densos de forma leve. A sua contribuição vai além da sala de aula!

Professor Pablo, em muitos momentos as suas aulas renovaram minhas forças para persistir nessa caminhada. Obrigada por ter sido sempre tão amável e disposto a compartilhar o seu vasto conhecimento sobre as problemáticas da América Latina.

A todos que acreditaram que esse trabalho seria possível. Muito obrigada!

“Por mais profundas que sejam as crises, por mais escuro que faça, depende de nós acender a luz nas trevas. E creio que nunca foi tão necessário sonhar e seguir lutando para construir um mundo melhor do que este em que vivemos.”

Luiz Inácio Lula da Silva

RESUMO

A UNILA é uma instituição pública brasileira, com vocação para o ensino e a pesquisa da integração latino-americana. Foi criada no ano de 2010, por meio da Lei nº 12.189, e está localizada na região trinacional formada por Argentina, Brasil e Paraguai. O papel das universidades – principalmente a partir do fortalecimento dos processos de internacionalização da Educação Superior – tem passado por uma reconfiguração que traz à tona a possibilidade de projeção internacional das instituições. Levando isso em consideração, os objetivos centrais do presente trabalho são analisar os motivos que conferem à UNILA um caráter de excepcionalidade – tanto nacional quanto regionalmente – e discutir sobre a potencial atuação paradiplomática da universidade, com ênfase no âmbito regional. Para viabilizar a consecução dos objetivos pretendidos, a pesquisa se baseia em bibliografia especializada; documentos oficiais; e dados publicados pela plataforma online da universidade.

Palavras-chave: UNILA. Integração regional. Mercosul. Política Externa Brasileira. Paradiplomacia.

ABSTRACT

UNILA is a brazilian public institution, with a vocation for teaching and researching Latin American integration. It was created in 2010, through Law No. 12.189, and is located in the trinational region formed by Argentina, Brazil and Paraguay. The role of universities – mainly from the strengthening of the processes of Internalization of Higher Education – has undergone a reconfiguration that brings to light the possibility of international projection of the institutions. Taking this into account, the main objectives of this work are to analyse the reasons that give UNILA an exceptional aspect – both nationally and regionally – and to discuss the potential paradiplomatic action of the university. To enable the achievement of the intended objectives, the research is based on specialized bibliography; official documents; and data published by the university's online platform.

Key words: UNILA. Regional integration. Mercosur. Brazilian foreign policy. Paradiplomacy.

RESUMEN

UNILA es una institución pública brasileña, vocacionada para la enseñanza y la investigación sobre la integración latinoamericana. Fue creada en 2010, mediante Ley Nº 12.189, y está ubicada en la región trinacional formada por Argentina, Brasil y Paraguay. El rol de las universidades – principalmente a partir del fortalecimiento de los procesos de Internacionalización de la Educación Superior – ha sufrido uma reconfiguración que trae a la luz la posibilidad de proyección internacional de las instituciones. Teniendo esto en cuenta, los principales objetivos del presente trabajo son analizar las razones que dan a la UNILA un carácter excepcional – tanto a nivel nacional como regional – y discutir el potencial desempeño paradiplomático de la universidad, con énfasis en el ámbito regional. Para posibilitar el logro de los objetivos previstos, la investigación se basa en bibliografía especializada; documentos oficiales; y datos publicados por la plataforma en línea de la universidad.

Palabras clave: UNILA. Integración regional. Mercosur. Política Exterior Brasileña. Paradiplomacia.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Integração regional em três planos.....00
Figura 2 – Linha do tempo: Fases do SEM 00
Figura 3 – Processo de tomada de decisão, suas principais causas e resultados políticos.....00
Figura 4 – Cadeia de Valor da UNILA.....00
Figura 5 – Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História 00
Figura 6 – Instituto Latino-Americano de Ciências da Vida e da Natureza 00
Figura 7 – Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política 00
Figura 8 – Instituto Latino-Americano de Tecnologia, Infraestrutura e Território.....00
Figura 9 – Mapa resumido das IES públicas de Fronteira 00
Figura 10 – Agentes ligados à educação na região fronteiriça.....00

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Principais políticas regionais do Mercosul para a Educação Superior .00
Quadro 2 – Quantitativo de estudantes de pós-graduação *stricto sensu* 00
Quadro 3 – Quantitativo de estudantes de pós-graduação *lato sensu*.....00
Quadro 4 – Quantitativo de inscritos nos Processos Seletivos da UNILA.....00
Quadro 5 – Quantitativo de docentes por nacionalidade 00

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Políticas e iniciativas de internacionalização na América Latina e no Caribe nos níveis micro, meso e macro.....00
Tabela 2 – Percentual de estudantes brasileiros e estrangeiros 00

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Nacionalidades dos estudantes de graduação..... 00

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CI-UNILA	Comissão de Implantação da UNILA
CMC	Conselho do Mercado Comum
CRES	Conferência Regional de Educação Superior na América Latina e no Caribe
IES	Instituições de Ensino Superior
IESALC	Instituto Internacional da UNESCO para a Educação Superior na América Latina e no Caribe
ILAACH	Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História
ILACVN	Instituto Latino-Americano de Ciências da Vida e da Natureza
ILAESP	Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política
ILATIT	Instituto Latino-Americano de Tecnologia, Infraestrutura e Território
IMEA	Instituto Mercosul de Estudos Avançados
MEC	Ministério da Educação
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
PEB	Política Externa Brasileira
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RME	Reunião de Ministros da Educação do Mercosul
SEM	Setor Educacional do Mercosul
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO

2 COMO LOCALIZAR A UNILA NA HISTÓRIA DA INTEGRAÇÃO REGIONAL DA AMÉRICA DO SUL?

2.1 AMPLIAÇÃO DA AGENDA DE INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA

2.2 A EDUCAÇÃO COMO UM NOVO/VELHO TEMA MERCOSULINO

3 A SITUAÇÃO NACIONAL DO BRASIL E A CRIAÇÃO DA UNILA

3.1 POLÍTICA EXTERNA, INTEGRAÇÃO REGIONAL E EDUCAÇÃO NOS GOVERNOS DE LULA DA SILVA

3.1.1 Da “Universidade do Mercosul” à Universidade Federal da Integração Latino-Americana

3.2 POR QUE A UNILA É “SINGULAR EM TRÊS DIMENSÕES”?

3.2.1 Vinculação aos princípios das relações internacionais do Brasil

3.2.2 Composição docente e discente

3.2.3 Proposta de ensino, pesquisa e extensão

4 PROJETO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA UNILA PARA A INTEGRAÇÃO REGIONAL: ESTRATÉGIAS, AVANÇOS E DESAFIOS

4.1 ENTENDENDO CONCEITOS

4.1.1 Paradiplomacia, diversificação de atores internacionais e Internacionalização da Educação Superior

4.2 ATUAÇÃO DA UNILA NA REGIÃO FRONTEIRIÇA: LIMITES E POSSIBILIDADES PARA A PARADIPLOMACIA UNIVERSITÁRIA

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS

1 INTRODUÇÃO

A atual conjuntura do Sistema Internacional nos faz perceber que – apesar da diplomacia de um país não deixar de ser conduzida, prioritariamente, pelo seu governo central – novos atores conquistam espaço notável nas políticas externas. Surge a noção de "paradiplomacia"[1], que diz respeito ao processo que envolve as atividades internacionais conduzidas por atores que não pertencem à burocracia diplomática do governo central.

Essa transformação foi motivada, principalmente, pela caracterização do Sistema Internacional como sendo resultado de dois fenômenos: globalização e regionalização. Enquanto a globalização remete ao grande fluxo global de pessoas, ideias e capital que pode levar a um predomínio da concepção de transnacionalização frente à soberania do Estado-nação; a regionalização se apresenta como uma busca por cooperação entre diferentes atores em uma determinada região, com vistas a alcançar benefícios mútuos. (CORREA; LUEDY, 2017)

A regionalização é comumente relacionada a questões econômicas a partir de processos integracionistas e acordos de livre comércio. Essa concepção, contudo, tem sofrido considerável ampliação, passando a abranger, também, questões ligadas à política e à cultura, por exemplo.

Baseando-se nessa ampliação de escopo, a presente pesquisa voltará sua atenção ao papel que a Educação desempenha no processo de integração, especificamente da América Latina; e ao lugar conferido pela Política Externa Brasileira à essa problemática. Além disso, colocará no centro da análise a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA); e investigará em que medida a paradiplomacia nos auxilia na reflexão acerca da atuação universitária para a integração regional.

Criada pela Lei nº 12.189, de 12 de janeiro de 2010, a UNILA é uma instituição com sede em Foz do Iguaçu, no Paraná. Está localizada na região trinacional formada por Argentina, Brasil e Paraguai. A missão da universidade é a de formar sujeitos críticos e profissionais qualificados, aptos a contribuir para a integração, o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico, tecnológico e educacional da América Latina e do Caribe. A sua vocação, dessa forma, é o

[1] Termo desenvolvido por Ivo Duchacek e Panayotis Soldatos (1990).

intercâmbio acadêmico e a cooperação solidária com países integrantes do Mercosul e com os demais países da América Latina. Os cursos oferecidos são em áreas de interesse mútuo dos países latino-americanos, sobretudo dos membros do Mercosul, em áreas consideradas estratégicas para o desenvolvimento e a integração regionais.[2]

Caracterizada como uma instituição federal de ensino superior pública, oferta, atualmente, 29 cursos de graduação, 6 cursos de pós-graduação *lato sensu*, 12 programas de pós-graduação *stricto sensu* em nível de mestrado e 1 programa de pós-graduação *stricto sensu* em nível de doutorado.[3]

Visto que a problemática do trabalho envolverá a atividade internacional de uma universidade, esperamos que a pesquisa contribua para o desenvolvimento de estudos que se proponham a analisar o processo de "divisão" de responsabilidade na condução de assuntos internacionais. Ademais, pretendemos colaborar com a produção de conhecimento sobre a UNILA e o seu caráter de excepcionalidade – tanto nacional quanto regionalmente.

Os instrumentos de pesquisa que poderão viabilizar a consecução dos objetivos pretendidos são pesquisa documental, através de levantamento e análise de documentos oficiais; e pesquisa bibliográfica, a partir da utilização de trabalhos de autoras e autores que são referência na área estudada.

O trabalho está organizado em três capítulos. O capítulo inicial traz apontamentos acerca do processo que levou à inserção de novos temas e preocupações na agenda da integração sul-americana, com foco nas transformações pelas quais o Mercosul tem passado desde a sua criação. Procuramos apresentar de que maneira e por quais razões um bloco a princípio idealizado com ênfase em questões comerciais vai concedendo espaço a questões sociais como cultura, política e educação.

O capítulo seguinte – partindo do pressuposto de que as políticas mercosulinas são um reflexo das modificações experimentadas a nível doméstico – aborda a situação nacional do Brasil e os aspectos da política externa que possibilitaram o

---

[2] Fonte: Estatuto da UNILA. Publicado no Diário Oficial da União, Brasília, através da Portaria 32, de 11/04/2012. Disponível em: <https://unila.edu.br/sites/default/files/files/ESTATUTO%20UNILA%20de%2026%20DE%2009%282%29%281%29%281%29.pdf>.

[3] Fonte: Plano de Dados Abertos 2020-2022. Disponível em: <https://portal.unila.edu.br/acessoainformacao/documentos/PlanodeDadosAbertos2020_2022FinalizadoVerso1.1.pdf.>

projeto de uma universidade com vocação para a integração regional. A fim de compreender o que significa dizer que a UNILA “é singular em três dimensões” (ROSEVICS, 2020, p. 57), buscamos evidenciar a vinculação da universidade aos princípios das relações internacionais do Brasil; a sua composição docente e discente; e a sua proposta de ensino, pesquisa e extensão.

Dessa forma, pudemos destinar o último capítulo à problematização sobre o projeto de Internacionalização da UNILA para a integração regional, e elencamos as estratégias, os avanços e os desafios da instituição. A nossa atenção se voltou à compreensão de conceitos (Paradiplomacia e Internacionalização da Educação Superior) para, então, analisar o projeto e as políticas da UNILA. Por fim, apresentamos questões relacionadas à região fronteiriça como um potencial a ser explorado pela UNILA para uma inserção internacional articulada.

2 COMO LOCALIZAR A UNILA NA HISTÓRIA DA INTEGRAÇÃO REGIONAL DA AMÉRICA DO SUL?

Partindo do pressuposto de que o processo de integração regional, de acordo com Aldo Ferrer (2008), se desdobra em três planos (condições internas dos países; espaço regional no que tange à compatibilidade de regras e distribuição dos benefícios; e atuação conjunta na projeção internacional da região), podemos inferir que o entendimento acerca das mudanças de ênfase conferidas a determinadas temáticas – como é o caso da educação – é facilitada quando empreendemos esforços na análise de todos esses planos.

Pensando nisso e, conscientes de que não é possível separá-los completamente em razão de sua complementariedade, dedicaremos o presente capítulo para o estudo da inserção de “novos” temas e preocupações na agenda da integração regional sul-americana.

Nesse primeiro momento do trabalho, portanto, temos o objetivo de nos situar quanto ao âmbito regional que favoreceu a formulação de um projeto como a UNILA. Não trataremos, ainda, da implementação da universidade. Mas elencaremos fatores que permitem pensar a criação da UNILA não somente como resultado de uma iniciativa do governo brasileiro, mas também de uma conjuntura regional.

2.1 AMPLIAÇÃO DA AGENDA DE INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA

Aldo Ferrer (2008), ao analisar o processo de integração sul-americana, especificamente no âmbito do Mercosul, afirma que existe um conjunto de circunstâncias que caracterizam essa integração como complexa e peculiar.

Em 1991, através do Tratado de Assunção, o Mercosul foi criado como bloco econômico, dentro da lógica de integração por etapas, baseado na experiência europeia e influenciado pela ideia de regionalismo aberto, cujas funções primordiais eram “a promoção do crescimento econômico e a abertura comercial regional dos membros, com base em preferências no comércio, com redução de tarifas e com a harmonização das legislações dos Estados membros.” (ROSEVICS, 2020, p. 92)

Diferentemente do que ocorreu na Europa, entretanto, os países membros do Mercosul apresentam, simultaneamente, outras preocupações: construção do desenvolvimento nacional, inserção na Ordem Mundial globalizada, e profundas assimetrias entre os Estados da região. Assim sendo, a particularidade do processo de integração regional do Mercosul consiste na forma como os países do bloco lidam com esses desafios. (FERRER, 2008)

Ainda segundo Aldo Ferrer (2008) e, conforme podemos ver na Figura 1, a integração se desdobra em três planos que, apesar de se complementarem, não demandam uma sequência cronológica ou hierárquica. Todos são igualmente necessários para o processo.

Figura 1 – Integração regional em três planos

Fonte: Elaboração própria a partir de Ferrer (2008).

O primeiro deles é o que o autor chama de “densidade nacional” e que diz respeito às condições internas de cada país em aspectos como coesão/participação social, comportamento das lideranças nacionais, estabilidade institucional e pensamento crítico. As “regras do jogo da integração” configuram o segundo plano, no qual se entende que – devido a integração regional ser útil aos países como instrumento para o desenvolvimento nacional e a inserção internacional não subordinada – deve haver consistência, compatibilidade das regras e distribuição dos benefícios em todo o espaço regional. Por fim, o terceiro plano se caracteriza pelo posicionamento frente ao resto do mundo. Nessa esfera, a integração é projetada no cenário internacional através da atuação conjunta em foros multilaterais, negociações com Estados de outras regiões, e na apreciação de temas como segurança internacional, meio ambiente, emergências sanitárias etc. Ou seja, temas de relevância internacional. (FERRER, 2008)

A relação complementar entre os três planos vai determinar a construção de uma “densidade regional”. Em conclusão:

> Quanto mais consolidadas as situações nacionais, mais fluidas serão as trocas; quanto mais flexíveis e realistas forem as normas, melhores serão as respostas às mudanças nas situações nacionais e, finalmente, quanto mais favorável for a projeção conjunta no cenário global, mais liberdade de manobra terão as políticas nacionais e comunitárias. (FERRER, 2008, p. 11, tradução nossa)

Levando em consideração a dinâmica existente entre densidade nacional e densidade regional, Perrotta (2013) infere que as políticas mercosulinas são um reflexo das modificações experimentadas a nível doméstico, ao passo que esse nível também é retroalimentado pelas políticas que ocorrem em âmbito regional. Mudanças nas densidades nacionais dos países da região levariam, dessa forma, à consequente alteração na densidade regional.

Prolo, Lima e Moniz (2019) chegam à semelhante conclusão e argumentam que, dependendo do grau de volatilidade histórica e da orientação político-ideológica dos governantes, os países do Mercosul imprimem diferentes significados à região, o que acaba por refletir nas respectivas políticas externas.

É possível falar que a integração sul-americana tem convivido com diferentes ambientes externos, e tem passado por reformulações que nos levam a crer que as tentativas desenvolvimentistas (1985-1988) foram cedendo lugar às formas de regionalismo aberto (1989-2002) e, com a presença de governos desenvolvimentistas e distributivistas (2003-2015), ganha espaço o fortalecimento das diferentes instâncias de integração, cooperação e articulação regional, buscando consolidar o multilateralismo sem voltar ao protecionismo. (MARIANO; RAMANZINI JÚNIOR; VIGEVANI, 2020)

O Mercosul, no seu primeiro decênio (1991-2001), assume uma visão predominantemente comercial e coloca o mercado como eixo ordenador do sistema político-institucional da integração, fazendo com que os avanços em outros campos ocorressem apenas enquanto não gerassem conflitos na agenda comercial. É por essa razão que Perrotta (2013) define esse momento como Mercosul comercial e/ou integração competitiva.

> Em outras palavras, a lógica hegemônica neoliberal exigiu uma modalidade de inserção internacional (e, portanto, regional) com base na abertura indiscriminada ao mundo, capaz de atrair investimentos e produtos mais competitivos, em clara oposição a uma política estruturada na cooperação e complementação, com um componente industrial claro. (PERROTTA, 2013, p. 48, tradução nossa)

No início do século XXI, em contrapartida, o que se vê é o modelo baseado na integração econômica por etapas sendo, de maneira gradual, substituído por uma integração ampliada e solidária, conferindo transformações à integração regional sul-americana. O período é marcado pela visibilidade de questões políticas, culturais, educacionais e sociais na agenda da região, bem como pela preocupação quanto à inserção autônoma no Sistema Internacional. (ROSEVICS, 2020)

O Mercosul, nessa nova fase, seria denominado de produtivo, social e cidadão e/ou integração solidária, que toma forma a partir de uma crise geral da hegemonia do modelo neoliberal, colocando a política como eixo condutor do processo de integração. A mudança na orientação mercosulina durante esse período, portanto, não pode ser analisada de maneira separada ou independente da ascensão de novos governos na região. (PERROTTA, 2013)

Rosevics (2020) elenca fatores centrais para que as sociedades dos países sul-americanos expressassem, nas urnas, o descontentamento com os governos e as políticas neoliberais. O aumento da pobreza na América Latina na década de 1990 e as críticas ao projeto norte-americano da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), de acordo com a autora, foram decisivos para a eleição de governos progressistas de esquerda na região, junto ao desejo de mudança em relação ao modelo liberal ocidental de desenvolvimento como único possível para alcançar o bem-estar social.

A nova receptividade às agendas de integração social foi institucionalizada, na maioria dos casos, na forma de reuniões especializadas e reuniões de ministros e autoridades. A partir de uma visão de coordenação regional, muitas das reuniões criaram estruturas técnicas de gestão e de financiamento permanentes, como institutos, fundos e secretarias técnicas. A concepção de abrangência das políticas sociais presentes nos governos nacionais foi disseminada no cenário regional, e canais de diálogo entre as estruturas institucionais foram estabelecidos. (PERROTTA; BATISTA, 2018)

Sabendo disso, o presente trabalho se ocupará, no próximo tópico, da análise das atividades desenvolvidas pela agenda educativa do Mercosul, e do processo pelo qual a educação se insere no contexto de ampliação de agenda da integração regional.

2.2 MERCOSUL E A EDUCAÇÃO COMO UM NOVO/VELHO TEMA

O tema da educação foi inserido nos debates do bloco, de maneira oficial, em 1991. O Conselho do Mercado Comum (CMC)[4] criou, através da Decisão nº 07/1991, a Reunião de Ministros da Educação do Mercosul (RME). Assim, instituiu-se o Setor Educacional do Mercosul (SEM)[5] que começou a funcionar em 1992 e foi definido como um espaço de coordenação das políticas educacionais que reúne países membros e associados ao bloco regional.[6]

A agenda educativa se faz presente desde o início do Mercosul e, apesar de não ter sido abordada no Tratado de Assunção, o debate em torno da incorporação dessa temática foi concebido pelo que Perrotta e Batista (2018, p. 120) chamam de "condição de possibilidade" (ou "fator habilitante") outorgada pelo acordo em questão.

Essa condição parte do pressuposto de que a livre circulação de pessoas dentro do bloco seria automaticamente facilitada a partir de iniciativas como o reconhecimento de títulos, permitindo que a formação da força de trabalho fosse mais ou menos similar entre os países da região. À primeira vista, então, a criação da agenda educativa no Mercosul poderia ser explicada pela necessidade de contar com trabalhadores em potencial. No entanto, outros fatores contextuais somam-se à supracitada condição de possibilidade: a configuração de um mercado da educação a nível internacional a partir dos anos 90 e a tendência cada vez maior de mercantilização da educação, bem como a necessidade de conformação de uma identidade regional que pudesse legitimar e apoiar o processo de integração regional. A convergência desses fatores levou à institucionalização do SEM e deu início a um processo de acumulação de capacidades e experiências que acompanhou os ciclos políticos nacionais e as fases pelas quais o Mercosul transitou (PERROTTA, 2013; PERROTTA; BATISTA, 2018).

---

[4] O Conselho do Mercado Comum é o órgão superior do Mercosul responsável pela condução política do processo de integração e pela tomada de decisões para assegurar o cumprimento dos objetivos estabelecidos pelo Tratado de Assunção e para alcançar a constituição final do mercado comum. Disponível em: <https://www.mercosur.int/pt-br/quem-somos/organograma-mercosul/ >. Acesso em:

[5] Cabe, aqui, fazer a distinção entre Mercosul Educacional e SEM: Enquanto o primeiro diz respeito a todos os órgãos, políticas, ações, debates, temas e agendas ligadas à educação no Mercosul; o SEM se refere à estrutura organizacional que define e coordena as ações educacionais do bloco (instância burocrático-institucional). (ROSEVICS, 2020)

[6] Informações disponíveis na plataforma online do Mercosul Educacional: <http://edu.mercosur.int/pt-BR/institucional/o-que-e.html>. Acesso em:

Rosevics (2015) identifica que na década de 1990, sob influência do regionalismo aberto, as RMEs[7] procuraram viabilizar a integração das estruturas educacionais dos países do Mercosul. Para isso, enfatizaram o incentivo à cooperação universitária, a harmonização de currículos das disciplinas de História e Geografia, o ensino do português e do espanhol nos países do bloco e a elaboração de acordos de reconhecimento de certificados, títulos e estudos de nível fundamental, médio, não-técnico, técnico e universitário realizados em qualquer um dos Estados membros.

A década de 1990 constitui, dessa forma, a primeira fase (1991-2001) do SEM na linha do tempo construída a partir do trabalho de Daniela Perrotta e Juliana Batista (2018, p. 122-123). A etapa é denominada como "Construção de confiança" e é caracterizada pelo encaminhamento de políticas e iniciativas regionais voltadas à criação de institucionalidade em três áreas de trabalho (educação básica, técnica e superior); ao início dos intercâmbios entre as delegações nacionais, permitindo um processo de construção de respeito mútuo; e realização de seminários regionais para a troca de informação e formação de um sistema próprio de indicadores estatísticos. Nesse momento, as autoras concluem que a agenda educativa permanece periférica e não conflitante ao projeto regional preponderante de regionalismo aberto.

O contexto regional da segunda fase (2002-2011), que é qualificada como de "Visibilidade", já apresenta crítica ao regionalismo aberto e defende a promoção de agendas positivas de integração.[8] O SEM acompanha o Consenso de Buenos Aires[9], o Programa de Trabalho 2004-2006[10], e o processo de Cúpulas Sociais. Algumas iniciativas que ocorreram nessa fase foram um mecanismo experimental de acreditação, programa de mobilidade estudantil de cursos acreditados e escolas de fronteira. (PERROTTA; BATISTA, 2018)

---

[7] Os documentos elaborados nas RME são chamados de Planos de Ação. São constituídos por metas, desafios, estratégias, justificativas e fundamentações para a realização de projetos educativos no bloco. Desde 1991 foram traçados sete Planos de Ação: 1992-1997, 1998-2000, 2001-2005, 2006-2010, 2011-2015, 2016-2020, 2021-2025. Disponível em: <http://edu.mercosur.int/pt-BR/tratados/viewcategory/7-planos-planes.html>. Acesso em:

[8] Por "integração positiva" entende-se (...).

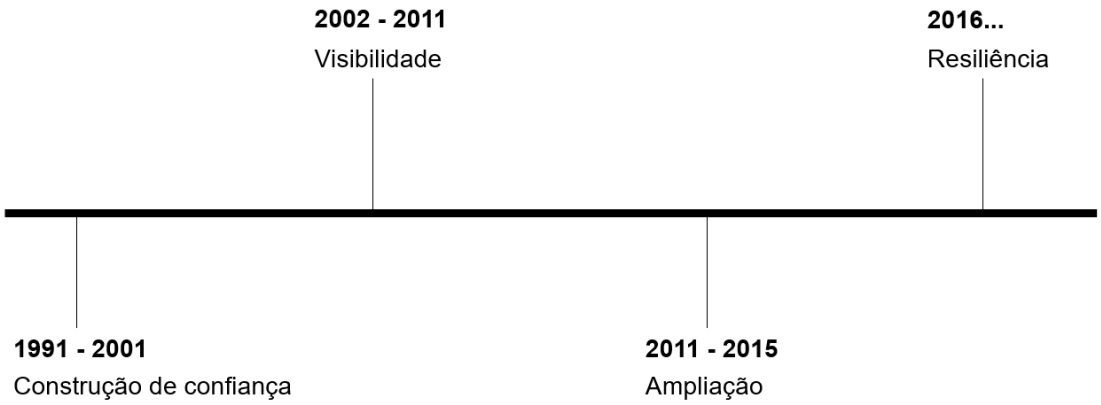
[9] Acordo assinado pelos presidentes Lula e Kirchner, no ano de 2003, e que contém 22 pontos que defendem um novo tipo de integração regional com ênfase em questões sociais. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u54487.shtml>. Acesso em:

[10] Em dezembro de 2003, o Conselho do Mercado Comum adotou o Programa de Trabalho 2004-2006, abrindo caminho para o desenvolvimento de uma nova agenda da integração e de ordenamento de mecanismos voltados à resolução do problema das assimetrias regionais. (VÁZQUEZ; BRICEÑO-RUIZ, 2009)

A terceira fase (2011-2015) é marcada pela expansão de atividades políticas e programas como resultado do processo de acumulação de capacidades e recursos, bem como de amadurecimento de interesses, ideias e valores compartilhados. Nessa fase, foram criados o Sistema Integrado de Mobilidade Acadêmica e o Núcleo de Estudos e Investigações em Educação Superior; e buscou-se elaborar um programa piloto de reconhecimento de títulos. (PERROTTA; BATISTA, 2018)

A última fase a ser analisada por Perrotta e Batista (2018, p. 123) começa em 2016 e ainda está em vigência. As políticas regionais em Educação Superior são aprofundadas, principalmente a partir de mobilidade e estágios, acreditação, reconhecimento de títulos. No entanto, é também nessa fase que a capacidade de resiliência do SEM é colocada em discussão, devido a modificações na orientação política do projeto regional em direção a um “regionalismo aberto recarregado”.

Figura 2 – Linha do tempo: Fases do SEM



Fonte: Elaboração própria a partir de Perrotta e Batista, 2018.

Daniela Perrotta (2016) assevera que o bloco tem colocado em prática políticas regionais para a Educação Superior, que acabam por ultrapassar a política territorial do Estado. No quadro 2, com base na análise de informações disponibilizadas no site do Mercosul Educacional, destacamos as principais políticas regionais nesse sentido.

Quadro 1 – Principais políticas regionais do Mercosul para a Educação Superior

Política	Finalidade
ARCUSUL Sistema de Acreditação Regional de Cursos Superiores do Mercosul e Estados Associados	Reconhecer a qualidade acadêmica regional de um conjunto de cursos (Agronomia, Arquitetura, Enfermagem, Engenharia, Odontologia e Veterinária).
MARCA Programa de Mobilidade Acadêmica Regional para os Cursos Acreditados pelo ARCUSUL	Fomentar as mobilidades - de estudantes, docentes, investigadores - englobadas em projetos de associação acadêmica entre os cursos de graduação acreditados regionalmente.
Sistema Integral de Fomento para a Qualidade dos Cursos de Pós-Graduação do MERCOSUL	Contribuir para a redução de assimetrias, para a formação de recursos humanos e para a melhoria da qualidade da educação superior na região.
Programa de Associação Universitária para a Mobilidade de Docentes do Ensino Superior do Mercosul	Contribuir ao fortalecimento da capacidade docente e cooperação institucional.
NEIES Núcleo de Estudos e Investigações em Educação Superior do Mercosul	Impulsionar a reflexão e produção de conhecimento da educação superior no Mercosul vinculada à integração.
SIMERCOSUL Sistema Integrado de Mobilidade do Mercosul	Aperfeiçoar e ampliar as iniciativas de mobilidade acadêmica existentes no marco do SEM.

Fonte: Elaboração própria a partir da Plataforma online do Mercosul Educacional, 2021.

As políticas desenvolvidas se enquadram, inicialmente, em três eixos temáticos que nortearam a conformação de atividades que foram gradualmente implementadas: acreditação/reconhecimento, mobilidade e cooperação interinstitucional. A partir de 2006, os Planos já não colocam eixos temáticos por áreas, mas pactuam objetivos gerais que se alcançam de maneira integral entre os três. Conclui-se que as políticas regionais do Mercosul para a Educação Superior combinam características de uma agenda tradicional de cooperação universitária com a reconfiguração da regulação do setor a partir de sucessivas reformas e redefinições no nível doméstico. (PERROTTA; SHARPE, 2020)

Nos primeiros anos do século XXI, com a ascensão de governos progressistas na América do Sul, a Educação deixou de ser simplesmente um instrumento de harmonização de legislações e de promoção de cooperação técnico-científica, e passou a ser percebida também como um instrumento de integração via Educação, através da criação de espaços regionais de ensino e pesquisa. (ROSEVICS, 2020)

Dessa forma, podemos entender o porquê de a Educação ser um (não tão) novo tema na agenda da integração regional sul-americana: mesmo que tenha estado presente desde o início da história do Mercosul, é apenas no marco de ampliação da agenda que aparece com destacada relevância para um projeto de integração solidário.

3 A SITUAÇÃO NACIONAL DO BRASIL E A CRIAÇÃO DA UNILA

Em virtude do debate que ocorreu no Mercosul Educacional, entre os anos de 2006 e 2008, em torno da ideia da “Universidade do Mercosul”, as origens da UNILA devem ser buscadas no âmbito do bloco regional. Fundamentaremos nossa análise na consulta de documentos, bem como de elementos políticos que foram decisivos para a construção do projeto de criação da UNILA.

Sem esquecer que o debate teve início no Mercosul, o nosso intuito será não somente averiguar os aspectos da PEB que focam na integração regional, mas também visualizar a relevância do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) para que a UNILA tivesse a sua implantação garantida.

3.1 POLÍTICA EXTERNA, INTEGRAÇÃO REGIONAL E EDUCAÇÃO NOS GOVERNOS DE LULA DA SILVA

Vigevani e Cepaluni (2007), com o objetivo de investigar a extensão e o teor das mudanças de rumo na política externa brasileira após a posse do presidente Lula da Silva, adotam o modelo de Hermann (1990). Esse modelo procura avaliar as principais causas que levam os governos a seguirem novos caminhos para as suas políticas externas, e busca medir o alcance dessas mudanças.

Os graus de mudanças são examinados a partir da identificação de suas origens, agrupadas em quatro fatores: líderes, burocratas, reestruturação doméstica, e choques externos. (HERMANN, 1990 *apud* VIGEVANI; CEPALUNI, 2007) Os redirecionamentos principais de políticas assumem três formas distintas, gradativamente crescentes: ajustes, mudanças de programa, de problemas/metas e de orientação internacional, que são descritos por Vigevani e Cepaluni (2007, p. 277-278, grifo nosso) da seguinte maneira:

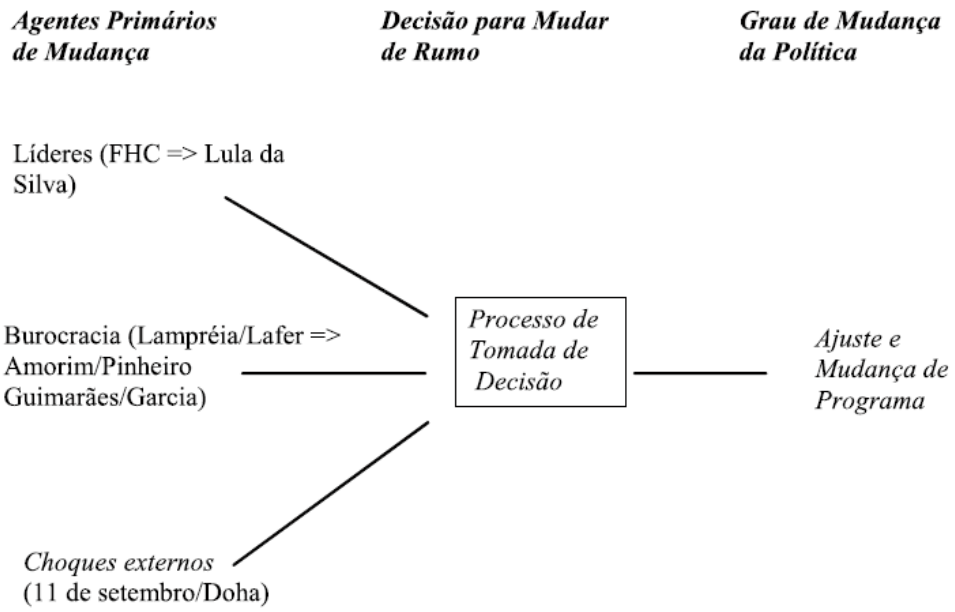
> **Ajustes** são mudanças que imprimem maior ou menor esforço e/ou clareza aos objetivos dos países. O que é decidido, como é realizado e os propósitos por que certas medidas são tomadas permanecem constantes. As **mudanças de programas** são alterações nos meios pelos quais uma nação busca atingir metas referentes à sua política externa. (...) Buscam-se as mesmas metas por meio de novos meios ou instrumentos; por exemplo, por meio de negociações diplomáticas ao invés da força militar. A forma de implementar a política muda, mas as propostas iniciais permanecem inalteradas. As **mudanças de problemas/metas** ocorrem quando metas políticas são mudadas ou abandonadas, ou seja, as propostas iniciais são substituídas por outras novas. Por último, as **mudanças de orientação internacional** são a forma mais extrema de mudança, redirecionando inteiramente a ação dos atores estatais.

Conforme ilustrado na figura 3, a mudança de presidente, dos principais formuladores da política externa brasileira, os ataques de 11 de setembro e as dificuldades da Rodada Doha da OMC são as variáveis que mais explicam as alterações da política externa brasileira no período de transição entre os governos de FHC e Lula da Silva.

O governo Lula da Silva realizou mudanças de ênfases e de tonalidade em sua política externa (ajustes), buscando novas formas de inserção internacional para o país (mudanças de programa). Procurou inserir o Brasil no cenário mundial

acentuando formas autônomas, diversificando os parceiros e as opções estratégicas brasileiras. Enfatizou a cooperação Sul-Sul, inclusive regional, para buscar maior equilíbrio com os países do Norte e aumentar o protagonismo internacional do país. (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007)

Figura 3 – Processo de tomada de decisão, suas principais causas e resultados políticos



Fonte: VIGEVANI; CEPALUNI, 2007, p. 281.

No espaço regional, a dimensão social ocupou um papel fundamental para a PEB. O ex-presidente do Brasil, no prólogo do livro “La dimensión social del Mercosur – Marco conceptual”, comenta que a decisão de criar, em 2007, o Instituto Social do Mercosul (ISM), representou o objetivo compartilhado – entre Lula da Silva, Néstor Kirchner, Fernando Lugo e Tabaré Vásquez – de dar um “rosto humano” ao bloco. A premissa era a de que a simples circulação de bens, serviços e capitais não seria suficiente para sustentar a integração econômica e superar a fratura social da região.

As atividades no Mercosul contaram com forte engajamento do Brasil na construção da agenda regional. Nesse processo, a educação, mesmo sem um destaque do tamanho do seu potencial, esteve presente. Dentro da temática educacional, a criação da Universidade Latino-Americana (UNILA) e a promoção de ensino regional de história e geografia foram instrumentos emblemáticos no fortalecimento do regionalismo através da educação. (CORREA; LUEDY, 2017)

3.1.1 Da “Universidade do Mercosul” à Universidade Federal da Integração Latino-Americana

Em 2006, durante o Fórum de Educação Superior no Mercosul, realizado em Belo Horizonte – MG, os ministros de Educação de diversos países da América Latina tiveram como incumbência elaborar um projeto para a viabilização do então chamado Espaço Regional de Educação Superior do Mercosul, cuja ênfase estaria na cooperação solidária dos países da região. Entre as propostas, sugeriu-se que fosse constituída uma universidade multi *campi*, com vistas ao desenvolvimento do ensino e da pesquisa nas diversas áreas do conhecimento, principalmente voltadas a integração regional. Essa iniciativa foi publicamente entendida como a Universidade do Mercosul. Todavia, devido as dificuldades legais e operacionais, a proposta teve a sua implementação inviabilizada.[11]

O Ministério da Educação do Brasil buscou alternativas: primeiro, propôs a criação do Instituto Mercosul de Estudos Avançados (IMEA), que teve a acolhida unânime dos ministros de Educação em reunião realizada em Assunção e cujas atividades estariam focadas na cooperação interuniversitária em nível de pós-graduação. Posteriormente, decidiu-se ampliar o escopo da proposta com novo Projeto de Lei. (PDI, 2018)

Em 2007, o Ministério da Educação submeteu ao então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, um Projeto de Lei propondo a criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). (PDI, 2018)

O projeto de uma universidade de caráter integracionista e internacional, que ultrapassasse a Tríplice Fronteira, iniciou seu desenho acadêmico e institucional em março de 2008, quando a Comissão de Implantação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (CI-UNILA) foi instalada pelo então ministro da Educação, Fernando Haddad. A CI-UNILA foi composta por treze membros de reconhecida experiência, sendo presidida, de março de 2008 a julho de 2009, pelo professor Hélgio Trindade. (IMEA, 2018)

---

[11] Fonte: COMISSÃO DE IMPLANTAÇÃO DA UNILA. **A Unila em construção:** um projeto universitário para a América Latina. Foz do Iguaçu: IMEA, 2009. Disponível em: <https://portal.unila.edu.br/institucional/arquivos/copy_of_Unilaemconstruo.pdf>.

A partir das atividades e dos encaminhamentos da CI-UNILA, foi redigido o Projeto de lei de criação da Universidade, aprovado por unanimidade, em sessão conjunta do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, após dois anos de tramitação nas comissões das duas casas legislativas. Depois de submetido para sanção do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, o referido projeto foi convertido na Lei nº 12.189, em 12 de janeiro de 2010. O texto dessa lei indicou as principais áreas de conhecimento a serem desenvolvidas pela nova Universidade. (IMEA, 2018)

Do ponto de vista da política educacional para ensino superior dos Governos de Lula da Silva, em 2003 iniciou-se o programa de expansão universitária, voltado para a criação de novas universidades, novos *campi* e novos cursos, especialmente nas regiões interiores do país. Esse programa de expansão foi dividido em três ciclos, sendo que a UNILA se insere no ciclo de Expansão III, que procurou enfatizar a expansão das universidades em regiões territoriais estratégicas para o governo brasileiro, com vocação para a integração regional e para a cooperação internacional. (ROSEVICS, 2020)

Além da UNILA, entre 2009 e 2010 foram criadas outras três universidades ligadas ao ciclo de Expansão III: a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), com sede em Chapecó (SC); a Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), com sede em Santarém (PA) e com *campi* em cidades do interior da região amazônica; e a Universidade Federal da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), com sede na cidade de Redenção (CE), vocacionada para a cooperação internacional com os países de língua portuguesa em outros continentes, especialmente da África. (ROSEVICS, 2020)

3.2 POR QUE A UNILA É “SINGULAR EM TRÊS DIMENSÕES”?

Além da Lei nº 12.189, de 12 de janeiro de 2010, que dispõe sobre a criação da UNILA e dá outras providências; os seguintes documentos servirão como fontes de análise nesse momento da pesquisa: “A UNILA em construção: um projeto universitário para a América Latina”, “UNILA: Consulta Internacional”, “Estatuto da Universidade Federal da Integração Latino-Americana”, “Plano de Desenvolvimento Institucional UNILA 2019-2023” e “Regimento geral da universidade”. Também utilizaremos estudos que consideram a UNILA como caso representativo para o entendimento do papel da educação como estratégia de integração regional.

Dessa forma, teremos a base tanto documental quanto bibliográfica para tratar das três dimensões da condição de singularidade da UNILA, que estão assim elencadas como subtópicos: vinculação aos princípios das relações internacionais do Brasil; composição docente e discente; e proposta de ensino, pesquisa e extensão.

3.2.1 Vinculação aos princípios das relações internacionais do Brasil

A Constituição Federal de 1988 elenca, em seu artigo 4º, que a República Federativa do Brasil se rege nas suas relações internacionais pelos princípios da independência nacional; da prevalência dos direitos humanos; da autodeterminação dos povos; da não-intervenção; da igualdade entre os Estados; da defesa da paz; da solução pacífica dos conflitos; do repúdio ao terrorismo e ao racismo; da cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; e da concessão de asilo político.

O parágrafo único desse mesmo artigo estabelece que o Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

No livro "A UNILA em construção: um projeto universitário para a América Latina"[12], Hélgio Trindade, Presidente da Comissão de Implantação da UNILA, ressalta que o primeiro desafio do processo de construção da universidade foi o de pensar a UNILA sem fronteiras, no contexto da região trinacional, envolvendo o nordeste da Argentina, o leste do Paraguai e o oeste brasileiro. A questão central foi, de acordo com o que consta nesse relato, o de conceber uma universidade pública brasileira, vinculada ao sistema federal de educação superior, que assegurasse sua vocação inovadora de contribuir, pelo conhecimento e cooperação solidária, para a integração da América Latina.

O artigo 2º da Lei nº 12.189, de 12 de janeiro de 2010, que dispõe sobre a criação da UNILA e dá outras providências, ressalta que a UNILA tem como missão institucional específica formar recursos humanos aptos a contribuir com a integração latino-americana, com o desenvolvimento regional e com o intercâmbio cultural, científico e educacional da América Latina, especialmente no MERCOSUL.

O Estatuto da UNILA, em seu artigo 2º, também reforça que a universidade em questão tem vocação latino-americana, compromisso com a sociedade democrática, multicultural e cidadã e fundamenta sua atuação no pluralismo de ideias, no respeito pela diferença e na solidariedade, visando a formação de acadêmicos, pesquisadores e profissionais para o desenvolvimento e a integração regional. O artigo 4º, que trata

[12] O livro busca apresentar o relato das principais etapas de elaboração do desenho acadêmico e institucional, desenvolvidas a partir de março de 2008, quando a Comissão de Implantação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana foi instalada, em Brasília, pelo Ministro da Educação.

da missão, dos princípios e dos objetivos institucionais, confere destaque à integração solidária e à construção de sociedades na América Latina e Caribe mais justas, com equidade econômica e social, bem como à busca de soluções democráticas aos problemas latino-americanos.

Por esses motivos, Larissa Rosevics (2020) argumenta que a UNILA representa a institucionalização do princípio constitucional que trata do comprometimento do Brasil com a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina. A iniciativa brasileira de construir uma universidade vocacionada à integração latino-americana é, também de acordo com a autora, representativa no marco das relações da América Latina com o Brasil. Isso porque por muitas décadas as relações internacionais do país priorizaram a Europa e os Estados Unidos.

3.2.2 Composição docente e discente

O artigo 49 do Estatuto da UNILA determina que tanto os cursos de graduação quanto os cursos de pós-graduação serão abertos preferentemente a candidatos latino-americanos e caribenhos, sem prejuízo de outras nacionalidades.

A Lei nº 12.189, de 12 de janeiro de 2010, versa sobre corpo docente e discente no Art. 14. Fica estabelecido que a UNILA poderá contratar professores visitantes com reconhecida produção acadêmica afeta à temática da integração latino-americana ou do Mercosul.

A seleção dos professores e dos alunos será aberta a candidatos dos diversos países da região, e o processo seletivo será feito tanto em língua portuguesa como em língua espanhola, versando sobre temas e abordagens que garantam concorrência em igualdade de condições entre candidatos dos países da região.

No que tange aos processos de seleção de docentes e discentes, determina-se, ainda, que deverão ser conduzidos por banca com composição internacional, representativa da América Latina e do Mercosul.

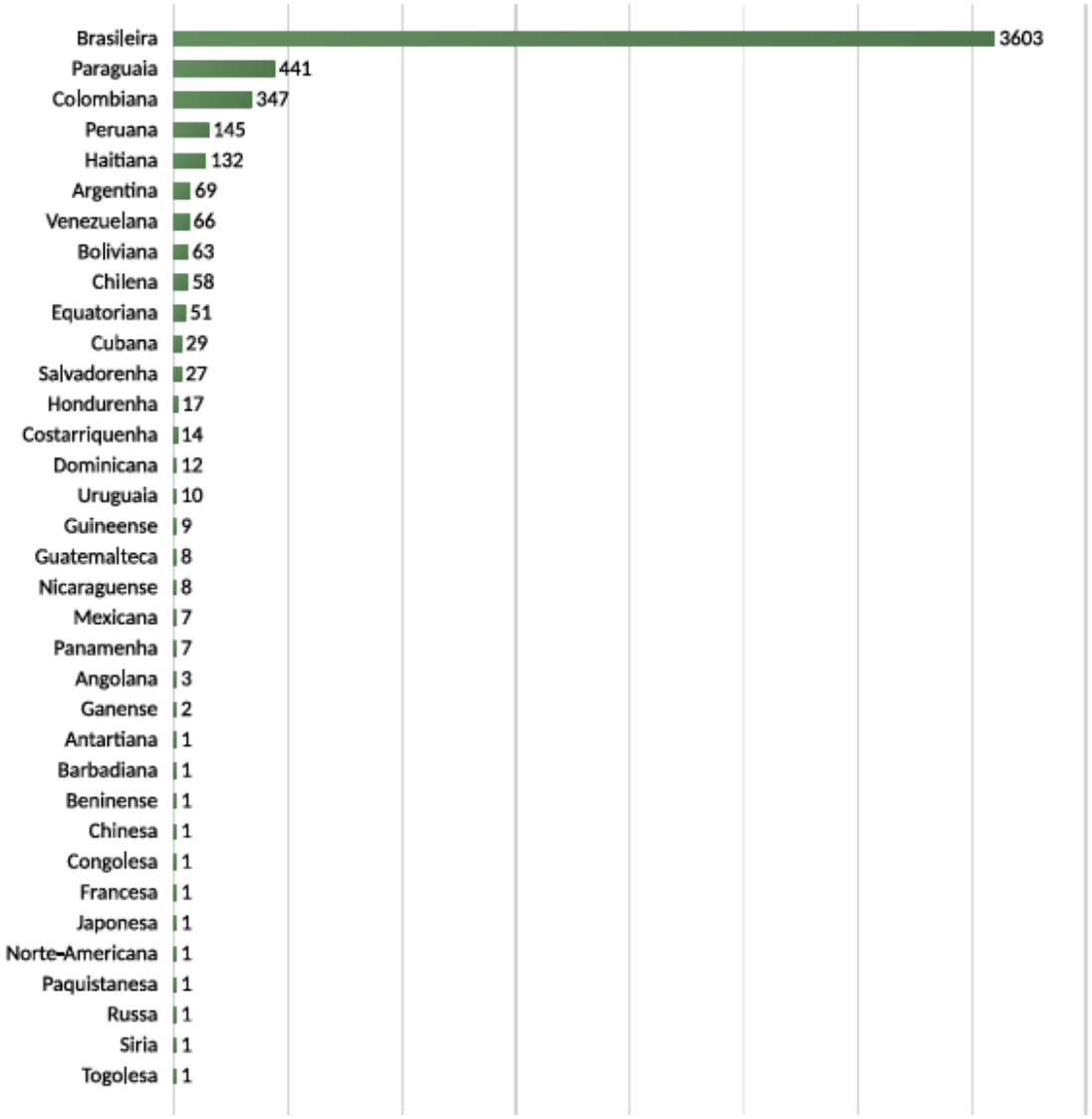
A fim de cumprir sua missão e vocação internacional, as vagas previstas para oferta em cada curso de graduação são aquelas expressas no ato de criação/autorização do curso, observada a reserva de 50% destas vagas a candidatos de outras nacionalidades latino-americanas e caribenhas. Na construção do perfil do candidato à docente, são considerados aspectos condizentes com a missão e natureza da UNILA. Ou seja, além dos conhecimentos específicos da área, é relevante e esperado que o candidato tenha experiência e/ou interesse pela temática de integração sociocultural, socioeconômica e regional da América Latina e Caribe e pela interdisciplinaridade no exercício docente do ensino, pesquisa e extensão. O processo seletivo de professores visitantes pode ser simplificado para oportunizar a participação de interessados dos diversos países da América Latina e Caribe, compreendendo, basicamente, análise do plano de atuação acadêmica na UNILA e de currículo, salvo critérios específicos previstos em edital.[13]

A UNILA possui como uma de suas características a diversidade cultural de seus discentes. Além de realizar Processo Seletivo Internacional (PSI), também mantém seleções para estudantes indígenas e para refugiados ou portadores de visto

[13] Fonte: Plano de Desenvolvimento Institucional UNILA 2019-2023. Disponível em: <https://portal.unila.edu.br/proplan/planejamento/pdi-unila-2019-2023.pdf>.

humanitário. No gráfico e nos quadros a seguir, podemos conhecer o perfil de estudantes da instituição em relação às nacionalidades.

Gráfico 1 – Nacionalidades dos estudantes de graduação



Fonte: Relatório Integrado de Gestão 2020.

Quadro 2 – Quantitativo de estudantes de pós-graduação *stricto sensu*

ESTUDANTES DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*	
Estudantes ativos em 2020	393
Estudantes brasileiros	149
Estudantes latino- americanos não brasileiros	29
Outras nacionalidades	3

Fonte: Relatório Integrado de Gestão 2020.

Quadro 3 – Quantitativo de estudantes de pós-graduação *lato sensu*

ESTUDANTES DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*	
Estudantes ativos em 2020	204
Estudantes brasileiros	74
Estudantes latino-americanos não brasileiros	15
Outras nacionalidades	0

Fonte: Relatório Integrado de Gestão 2020.

Quadro 4 – Quantitativo de Inscritos nos Processos Seletivos da UNILA

Quantitativo de Inscritos nos Processos Seletivos da Unila				
Ano	Inscritos no Processo Seletivo Internacional (PSI)	Inscritos no Processo Seletivo Pró-Haiti	Inscritos no Processo Seletivo para Refugiados ou Portadores Visto Humanitário (PSRH)	Inscritos no Processo Seletivo para Indígenas Aldeados (PSIN)
2015	393	83	*2	*2
2016	1783	215	*2	*2
2017	1455	0	*2	*2
2018	1051	94	*2	*2
2019	1546	*1	128	195
2020	1423	*1	104	185
2021	1752	*1	109/94*3	246

*1 O Processo Seletivo Pró-Haiti foi descontinuado a partir de 2019, devido a mudança de regulamentação no PSI que incluiu o Processo Seletivo para Refugiados e Portadores de Visto Humanitário (PSRH).

*2 Os Processos PSRH e PSIN foram instituídos em 2018 e tiveram os primeiros ingressantes a partir de 2019.

*3Se inscreveram no processo 109 candidatos, no entanto 15 não possuíam requisitos para a inscrição e foram desconsiderados.

Fonte: PROINT, 2022.[14]

[14] Disponível em: <https://portal.unila.edu.br/proint/selecao-internacional/estatistica-anual>.

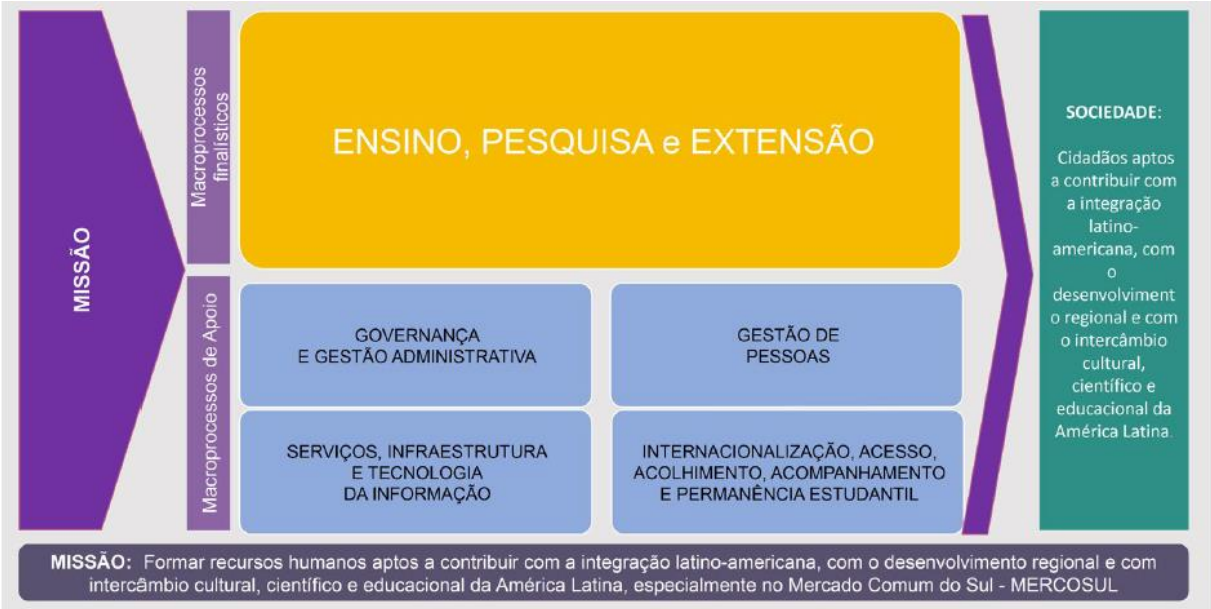
A partir desses dados, é possível constatar que a UNILA se destaca pelo número de estudantes de origem latino-americana e caribenha. Esse aspecto confere singularidade à UNILA, pois enquanto o acesso de docentes e discentes estrangeiros depende de políticas de incentivo e de cooperação universitária em outras instituições nacionais de ensino e pesquisa, no caso da UNILA é objetivo da própria instituição ocupar metade dos seus quadros de docentes e discentes com cidadãos dos demais países da América Latina. (ROSEVICS, 2020)

Apesar disso, alguns dos desafios enfrentados pela UNILA resultam do estranhamento que a instituição, particularmente os estudantes estrangeiros que acolhe, desperta entre grupos de moradores da cidade de Foz do Iguaçu. (LIMA; RICOBOM; PROLO, 2020, p. 52)

3.2.3 Proposta de ensino, pesquisa e extensão

De acordo com o que consta no Relatório Integrado de Gestão 2020, a UNILA agrega valores à sociedade por meio da atuação acadêmica. Ou seja, através de atividades de ensino, pesquisa e extensão – as quais compões os macroprocessos finalísticos da instituição. Tanto esses macroprocessos finalísticos quanto os macroprocessos de apoio devem estar alinhados com os princípios e os objetivos da universidade em questão. A seguir, temos a representação gráfica da cadeia de valores da UNILA:

Figura 4 – Cadeia de Valor da UNILA



Fonte: Relatório Integrado de Gestão 2020.

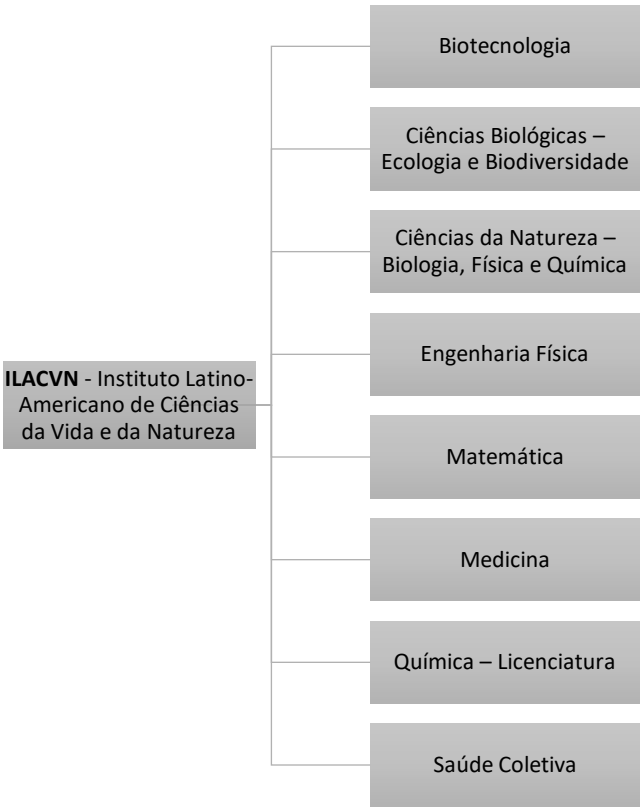
Dessa forma, alguns dos princípios que regem a atuação universitária da UNILA são os da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; da educação bilíngue (português e espanhol); da interdisciplinaridade; do reconhecimento das dimensões sociais, culturais, históricas, políticas, ambientais e econômicas da educação; da responsabilidade e compromisso com a busca de soluções criativas para o desenvolvimento equitativo da América Latina e do Caribe; da promoção da interculturalidade. (PDI, 2019)

A UNILA oferta 29 cursos de graduação, divididos em quatro institutos:

Figura 5 – Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História

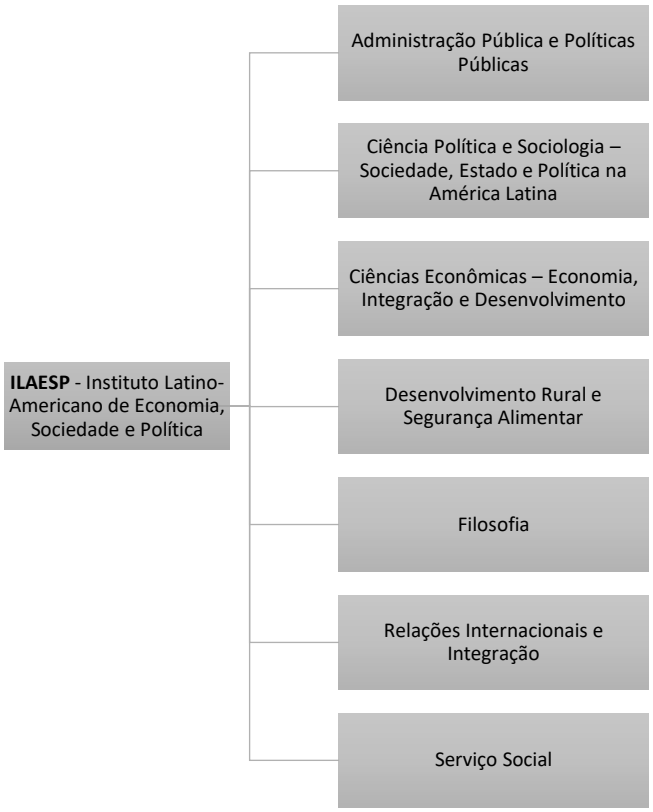
Fonte: Elaboração própria a partir de PROGRAD, 2022.

Figura 6 – Instituto Latino-Americano de Ciências da Vida e da Natureza



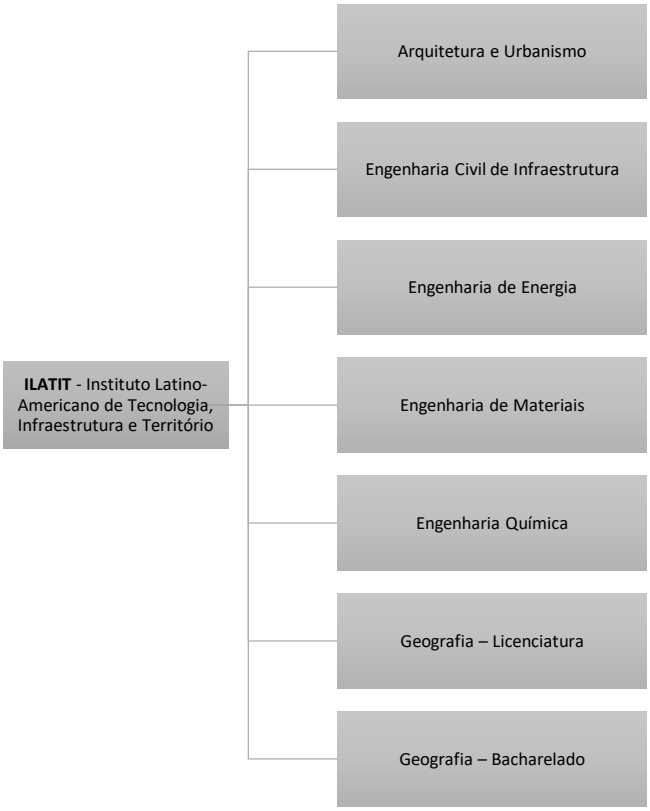
Fonte: Elaboração própria a partir de PROGRAD, 2022.

Figura 7 – Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política



Fonte: Elaboração própria a partir de PROGRAD, 2022.

Figura 8 – Instituto Latino-Americano de Tecnologia, Infraestrutura e Território



Fonte: Elaboração própria a partir de PROGRAD, 2022.

São ofertados, também, 8 cursos de pós-graduação, em nível de especialização *lato sensu*: Direitos Humanos na América Latina; Ensino e Aprendizagem de Línguas Adicionais; Ensino de História e América Latina; Gênero e Diversidade na Educação; Gestão em Saúde; Relações Internacionais Contemporâneas; Integração Paraguai-Brasil: Relações Bilaterais, Desenvolvimento e Fronteiras; Residência Multiprofissional em Saúde da Família.

No âmbito dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, a UNILA oferta 12 mestrados e 1 doutorado: Mestrado em Biociências, Mestrado em Biodiversidade Neotropical, Mestrado em Economia, Mestrado em Engenharia Civil, Mestrado em Física Aplicada, Mestrado em História, Mestrado e Doutorado em Energia e Sustentabilidade, Mestrado em Integração Contemporânea da América Latina, Mestrado em Estudos Latino-Americanos, Mestrado em Literatura Comparada, Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento, Mestrado em Relações Internacionais.

Larissa Rosevics (2020) assinala que a UNILA inova ao oferecer cursos de graduação, pós-graduação e extensão com foco na integração latino-americana, e destaca que até sua criação, apenas algumas instituições e programas de pesquisa ligados à pós-graduação eram vocacionados à América Latina e à integração regional, como a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso) e a Universidad Andina Simon Bolívar, e o Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (Prolam-USP).

Lima, Ricobom e Prolo (2020) chamam atenção, no entanto, para a rápida expansão de cursos e vagas, a qual marcou a segunda gestão de uma reitoria *pró-tempore.* Essa expansão acabou por contribuir para o distanciamento da universidade de seu projeto original:

> Exigiu a contratação de professores e técnicos administrativos educacionais nem sempre alinhados com o projeto fundador da instituição, criando um terreno fértil de disputas e desentendimentos entre aqueles que defendem a consolidação do projeto que justificou a criação da Unila e aqueles defendem uma concepção hegemônica de universidade. (LIMA; RICOBOM; PROLO, 2020, p. 52)

Esses obstáculos também se refletem no Ciclo Comum de Estudos (CCE). O CCE é parte integrante da missão da UNILA, é obrigatório a todos os discentes matriculados na graduação, e contempla os seguintes conteúdos: Estudo

compreensivo sobre a América Latina e Caribe; Epistemologia e Metodologia; Línguas Portuguesa e Espanhola.[15]

De acordo com o que determina o Art. 126 do Regimento geral da universidade, o Ciclo compõe a primeira fase das atividades ministradas nos cursos de graduação e tem duração máxima de até três semestres.

As tentativas para diminuir ou extinguir o Ciclo Comum de Estudos são recorrentes e o bilinguismo “encontra barreiras na postura de alguns professores e técnicos administrativos educacionais que não estão dispostos a aprender ou praticar outro idioma.”. (LIMA; RICOBOM; PROLO, 2020, p. 52)

Complementar a isso, os autores afirmam que

> As investidas contra o projeto de criação da Unila são múltiplas, emergem tanto no âmbito interno, quanto externo. No âmbito interno tais investidas derivam de visões de universidade, educação e mundo muito diversas entre professores e técnicos administrativos educacionais vinculados à instituição. No âmbito externo, por sua vez, elas são frutos de uma correlação de interesses de universidades privadas da região, de deputados e senadores que representam *lobbies* de latifundiários, os quais pretendem atender à demanda da profissionalização voltada à agricultura. (LIMA; RICOBOM; PROLO, p. 52)

Assim sendo, é importante averiguar pontos de aproximação e de distanciamento entre a UNILA ideal e a UNILA real. A universidade enfrenta desafios em seu cotidiano, seja em virtude de questões burocráticas, seja por conta da diferença de visões entre docentes, técnicos e discentes. Vale ressaltar, ainda, a constante dificuldade em convencer a população local da relevância do projeto proposto no âmbito de uma universidade com vocação para a integração regional.

[15] Fonte: Regimento geral da universidade, 2020. Disponível em: <https://portal.unila.edu.br/institucional/documentos-oficiais/REGIMENTOGERALDAUNILAATUALIZADOEM20DEOUTUBRODE20201.pdf>.

4 PROJETO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA UNILA PARA A INTEGRAÇÃO REGIONAL: ESTRATÉGIAS, AVANÇOS E DESAFIOS

No capítulo final do trabalho, temos como objetivo averiguar de que maneira a UNILA tem se dedicado a inserir-se no contexto internacional e transfronteiriço. Tentaremos responder os seguintes questionamentos: como a UNILA tem trabalhado no sentido de consolidar acordos de cooperação, sobretudo com os países do Mercosul? Quais os esforços observados para o fomento de atividades conjuntas entre as instituições da região?

Analisaremos o conteúdo da Resolução CONSUN 005/2019, que aprova a Política de Internacionalização da UNILA; os relatórios de gestão; os Planos de Desenvolvimento Institucionais; bem como os dados disponibilizados na plataforma online da universidade, a respeito de convênios internacionais. Antes de toda a análise, no entanto, buscaremos apresentar o que entendemos por “Paradiplomacia” e “Internacionalização da Educação Superior”.

4.1 ENTENDENDO CONCEITOS

4.1.1 Paradiplomacia, diversificação de atores internacionais e Internacionalização da Educação Superior

Letícia Pinheiro e Gregory Beshara (2011) acreditam que a Educação pode ser vista como um instrumento da Política Externa Brasileira para a construção de aparatos multinacionais e de uma identidade regional. Dessa forma, tanto a Educação quanto a política externa são centrais para o processo de consolidação do Estado-nação.

Além da ampliação da agenda da PEB para a integração regional, Pinheiro e Beshara (2011) discutem sobre a diversificação de atores na condução internacional dos assuntos educacionais. Sobre isso, partem do pressuposto de que a atuação estatal, juntamente com os ministérios das relações exteriores, ainda são parte fundamental na determinação dos sistemas nacionais de educação e na implementação da política externa. No entanto, chamam a atenção para o surgimento de novos atores e alterações do arranjo institucional de formulação e implementação de política externa.

Dessa maneira, o conceito de “Diplomacia Educacional” pressupõe a existência de um processo de descentralização horizontal da Política Externa Brasileira, no qual a educação extrapola os domínios domésticos e estabelece canais de comunicação na esfera internacional. Nessa perspectiva, Pinheiro e Beshara (2011) avaliam que o Itamaraty, além de ter sua atuação acompanhada por outros órgãos da administração pública, perde a exclusividade na condução das relações exteriores do país. Isso devido ao número crescente de atores estatais e não estatais que passam a adquirir interface externa em suas atividades.

Um desses atores seria o Ministério da Educação, que nos governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff, se engajou em assuntos externos e protagonizou o exercício da chamada Diplomacia Educacional, apesar de não possuir uma agenda própria de política externa. Assim sendo, mesmo que algumas instituições não detivessem o grau de autonomia necessária na PEB para serem caracterizadas como unidade decisória de política externa, seu impacto sobre o conteúdo da política devia ser reconhecido. (PINHEIRO; BESHARA, 2011)

Com o objetivo de aprofundar a questão da diversificação de atores, e para basear a discussão proposta pelo presente trabalho a respeito da atuação internacional da UNILA no âmbito da integração da América Latina, considera-se necessária a apresentação de estudos que versam sobre a paradiplomacia.

Serão utilizados, aqui, as contribuições de Ivo Duchacek (1990), Panayotis Soldatos (1990), Guy Lapachelle e Stéphane Paquin (2005), Michael Keating (2013) e Mónica Salomón (2011) para o entendimento do conceito e da dinâmica desse tipo peculiar de diplomacia, que aborda a atuação internacional de entidades subnacionais.

Duchacek (1990) fala sobre a existência de três tipos de paradiplomacia: a regional transfronteiriça, a transregional e a global. O primeiro tipo diz respeito ao contato entre unidades fronteiriças de países diferentes; o segundo, ao contato entre unidades não fronteiriças, mas de países limítrofes; e o último ao contato entre unidades de diferentes países, mesmo que distantes. Dessa maneira, o termo "paradiplomacia" parece apropriado, de acordo com o autor, na medida em que "para" indica algo que é paralelo e associado a uma "capacidade subsidiária".

Em consonância às ideias apresentadas por Ivo Duchacek (1990), Panayotis Soldatos (1990) argumenta que a atividade externa de atores subnacionais e transnacionais pode apresentar elementos constitutivos de uma política externa, na medida em que possui objetivos, estratégias, instrumentos, instituições e processos de tomada de decisão. Além disso, as manifestações dessas atividades, a exemplo das visitas e missões internacionais, bem como os acordos com atores externos, são geralmente similares à política externa dos Estados-nação.

Guy Lapachelle e Stéphane Paquin (2005) indicam que a autoridade se "espalha" cada vez mais entre os diferentes atores públicos e privados nos níveis internacional, nacional e regional, fazendo com que o Estado passe por um processo de redefinição de seu papel no Sistema Internacional.

Ao explorar o surgimento da paradiplomacia e a atuação internacional das regiões, Michael Keating (2013) alega que a integração passa a ser vista como um novo espaço, a partir do qual é possível projetar programas sociais e econômicos. Existem, de acordo com o autor, três tipos de motivações que levam as regiões atuarem internacionalmente, sendo elas: econômicas, culturais e políticas. As regiões podem operar, dessa forma, através de empresas, sindicatos, movimentos sociais, e organizações transnacionais. Intercâmbios entre universidades também são

percebidos, pelo autor, como manifestações regionais que geram efeitos para a paradiplomacia.

No que tange ao Brasil, especificamente, Mónica Salomón (2011) demonstra que as funções desempenhadas pelas estruturas da paradiplomacia dos entes subnacionais brasileiros, bem como seus conteúdos e motivações, apontam para "características peculiares de relações internacionais subnacionais no Sul". As principais funções residem em matérias de cooperação internacional, captação de recursos e promoção comercial e econômica.

Assim sendo, a paradiplomacia nos permite pensar na crescente relevância de novos atores não tradicionais para a construção das relações internacionais nos mais diversos assuntos. Existem vários tipos de agentes nessa dinâmica paradiplomática, incluindo as universidades. (CORREA; LUEDY, 2017) A universidade passa a ser vista como um ator internacional, e isso ocorre a partir da mudança da estrutura e do papel da educação superior, como consequência da globalização e do processo de internacionalização da educação.

A internacionalização da Educação Superior, por sua vez, pode significar mobilidade acadêmica de estudantes e professores, redes internacionais, associações e projetos, ou novos programas acadêmicos e iniciativas de investigação. Pode, ainda, ser sinônimo de transmissão da educação a outros países através, por exemplo, de sucursais ou franquias de universidades; e da inclusão de uma dimensão internacional, intercultural e/ou global dentro do currículo e do processo de ensino-aprendizagem. (KNIGHT, 2012)

Ao contextualizar mundialmente a internacionalização da educação superior, observa-se que é a partir da década de 90, com a globalização, que a prática se fortalece. Morosini (2006) chama atenção para alguns fatores que levam a esse fortalecimento, como a tendência de categorizar a educação como um serviço, ao ser regulamentada pela Organização Mundial do Comércio, e o predomínio da concepção de transnacionalização frente à soberania do Estado-nação.

Quando a atenção se volta ao contexto latino-americano de internacionalização da educação superior, Daniela Perrotta (2015) aponta que por muitos anos o padrão tradicional de cooperação educacional foi Norte-Sul. Nem sempre a região latino-americana foi considerada como destino para a cooperação acadêmica dos próprios países que dela fazem parte, o que acabou por reforçar um padrão colonial na produção de conhecimento. No início do século XXI, a partir do aprofundamento da

unidade regional pela via dos acordos de integração, a educação superior e o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação recebem importantes investimentos. O contexto pediu por uma intensificação da internacionalização da educação superior. (PERROTTA, 2015)

A Conferência Regional de Educação Superior na América Latina e no Caribe (CRES)[16], em 2008, incorporou no debate acadêmico regional a noção de que a internacionalização da universidade não é um fim em si mesmo, ou uma categoria neutra. É, na verdade, um instrumento de política para alcançar um conjunto de metas e, dessa forma, se vincula com projetos possíveis e desejados de universidade, nação e região. (PERROTTA, 2019) FOCAR NISSO TALVEZ

As diferentes ações que deram sustento a esse novo projeto de internacionalização universitária se apresentam nos níveis micro, meso e macro de análise (Tabela 1). Reconhecendo que as atividades listadas não são exclusivas do modelo de internacionalização solidária[17] advogado na CRES 2008, Daniela Perrotta (2019, p. 17) argumenta que a delimitação do projeto solidário implicou o direcionamento dessas atividades para a garantia do direito à universidade. Por um lado, como um direito individual de cada cidadão; e, por outro, como direito coletivo (direito dos povos ao desenvolvimento), repensando o papel da universidade com a sociedade e os setores produtivos.

[16] A CRES 2008 foi realizada na cidade de Cartagena de Índias, Colômbia, com o apoio do Instituto Internacional da UNESCO para a Educação Superior na América Latina e no Caribe (IESALC-UNESCO) e o Ministério de Educação Nacional da Colômbia, com a colaboração dos governos do Brasil, Espanha, México e da República Bolivariana da Venezuela. Participaram presencialmente mais de 3.500 integrantes da comunidade acadêmica regional – diretivos, professores, pesquisadores, estudantes, funcionários administrativos, representantes de governos e de organismos nacionais, regionais e internacionais, de associações e redes e outros interessados na Educação Superior. Informações disponíveis em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/nbgrH7PstLQXh9r5RYyr69n/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em:

[17] Caracteriza-se pelo estabelecimento de parcerias que se baseiam em relações não hierárquicas, e valorizam o princípio de solidariedade e respeito mútuo. Destaca-se a busca de alianças para docência-investigação que tenham como objetivo a contribuição para a resolução de problemas vinculados à nossa realidade local, nacional, regional. (PERROTTA, 2019)

Tabela 1 – Políticas e iniciativas de internacionalização na América Latina e no Caribe nos níveis micro, meso e macro

Nivel	Actor	Actividades [1]
Micro	Instituciones universitarias	Creación de oficinas de relaciones internacionales o cooperación internacional. Profesionalización de cuadros de gestión en la función. Elaboración de planes (trianuales o quinquenales) institucionales de internacionalización. Firma y ejecución de convenios con instituciones de la región latinoamericana u otros Sures. Desarrollo de políticas de internacionalización propias en función de su planificación y los instrumentos de apoyo gubernamental.
Meso	Ministerios de Educación y/o de Ciencia y Técnica	Generación de espacios institucionalizados para la articulación con los actores del sistema de educación superior (especialmente, tras la creación de estructuras de cooperación internacional en las universidades). Establecimiento de las primeras políticas públicas de internacionalización, especialmente en dos áreas: movilidad académica y creación de redes. Estímulo a la participación en ferias internacionales. Incorporación de ítems sobre internacionalización en las herramientas de evaluación académica (científica) ,más adelante en el tiempo y vinculada con el surgimiento de rankings y la visibilidad de indicadores comparativos basados en la cienciometría.
Macro [2]	Acuerdos de integración regional	Creación de foros para la discusión del rol de la educación superior en la integración regional y/o el regionalismo. Elaboración de políticas públicas regionales que, directa o indirectamente, inciden en la internacionalización: los ejes de trabajo iniciales se centraron en movilidad académica y establecimiento de herramientas de aseguramiento de la calidad regional; luego se avanzó hacia propuestas de redes académicas y proyectos de investigación integrados; algunos acuerdos avanzaron en reconocimiento de títulos en el espacio regional. Negociación con otros acuerdos de integración regional o regionalismos para generar espacios birregionales interregionales o multilaterales de promoción de la internacionalización (especialmente en materia de movilidad, reconocimiento de títulos e investigaciones colaborativas conjuntas). Búsqueda de fondos.
	Organismos internacionales de incidencia regional (OEI, OEA, BID, CyTED, IESALC)	Programas de apoyo a la internacionalización que se orientan a sus misiones institucionales (objetivos). Creación de indicadores.
	Redes regionales de composición diversa: universidades, rectores, sindicatos, investigación temática, etc. (Macrouniversidades, AUGM, UDUAL, AUIP, ACRULAC, etc.)	Desarrollo de programas de internacionalización comprehensivos en función de sus intereses, preferencias y valores (incluso vinculado a temas de evaluación de la calidad). Búsqueda de fondos para promover estos programas. Desarrollo de estrategias de visibilizacion de la internacionalización de la red y sus instituciones.

Fuente: elaboración propia. Referencias: (1) se listan las principales actividades. (2) este nivel refiere al espacio regional, no se abordan las tendencias globales o internacionales revisadas en la sección sobre internacionalización y corporaciones

Fonte: PERROTTA, 2019, p. 16.

No Brasil, a administração do presidente Lula da Silva fortaleceu a política externa de maneira geral, e concedeu ênfase ao estreitamento de relações com os países da América do Sul. Conforme mencionado no tópico a respeito da PEB, iniciativas como educação bilíngue em escolas nas áreas de fronteira, a criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) e a promoção do ensino regional de história e geografia foram instrumentos que levaram à intensificação do regionalismo através da Educação. (CORREA; LUEDY, 2017)

No que se refere à Política de Internacionalização Universitária da UNILA, utilizaremos, aqui, a Resolução CONSUN Nº 05 de 18 de abril de 2019. Nesse documento, argumenta-se que a "construção de espaços transnacionais e a regionalização de problemáticas e de construções coletivas para além do nacional são

reflexos da transversalidade do real que tem marcado os recentes processos integracionistas.” (PROINT, 2019, p.2). Além disso, se estabelece que a regionalização, em específico a regionalização da produção do conhecimento, constitui a construção coletiva de um saber regional – pensado “desde” aqui e para aqui. Dessa forma, o objetivo central da internacionalização do ensino superior é promover condições favoráveis para as construções coletivas da produção do conhecimento regional, que pressupõem que os pesquisadores e suas instituições passem a pensar em si próprios para além do nacional, assumindo enfoques transnacionais para as problemáticas coletivas do seu entorno regional (KRAWCZYK, 2008, p. 42 *apud* PROINT, 2019).

Assume-se que a universidade não deve se restringir a um conceito e a um papel monolítico e homogêneo, visto que a sua atuação é determinada pelo território e pelas suas singularidades históricas e culturais. (PROINT, 2019) A Resolução CONSUN Nº 05 de 18 de abril de 2019 também determina que

> (...) para ser coerente com sua lei de criação, a UNILA deve promover um processo de internacionalização próprio, solidário e horizontal e cuja base esteja previamente elaborada através da
> interseccionalidade entre os âmbitos que compõem sua realidade específica, a saber: Documentos Fundacionais da UNILA; Comunidade Acadêmica; Localização de Fronteira; e Bilinguismo e Diversidade Linguística. (PROINT, 2019, p.4)

Complementar a essas premissas, o Estatuto da UNILA apresenta valores de internacionalização solidária por meio da Cooperação e integração Sul-Sul:

> V – Da organização didático-científica
> Art. 48. A Universidade promoverá, através de suas diferentes instâncias colegiadas e executivas, a integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão, especialmente por meio: (...); II – de intercâmbio com universidades e centros de pesquisa, estimulando a cooperação solidária em projetos de interesse mútuo; III – de programas de ensino, pesquisa e extensão, em parceria com instituições nacionais e estrangeiras, especialmente da América Latina e Caribe, visando o desenvolvimento cultural, científico e tecnológico; IV – do diálogo, intercâmbio e cooperação com movimentos sociais nacionais e internacionais; V – da realização de congressos, simpósios, colóquios, fóruns, seminários, cátedras, cursos de verão, jornadas nacionais e internacionais e eventos técnicos, acadêmicos e científicos; VI – da disseminação pública dos resultados da produção acadêmica, científica e tecnológica nos campos do ensino, pesquisa e extensão e dos eventos acadêmico-científicos realizados no seu âmbito (UNILA, 2012, p. 18).

Compreendendo que uma das vertentes da internacionalização da Educação Superior é a recepção de alunos e docentes estrangeiros, é relevante que conheçamos o atual quantitativo de corpo discente e docente vindos do exterior para a UNILA:

Tabela 2 – Percentual de estudantes brasileiros e estrangeiros

Brasileiros/Estrangeiros	INGRESSANTES	VINCULADOS	ATIVOS	ATIVOS - FORMANDO	FORMADOS	TRANCADOS	CANCELADOS	CONCLUÍDOS
BRASILEIROS	62,61%	67,65%	69,61%	64,29%	61,59%	-	80,38%	53,72%
ESTRANGEIROS	37,39%	32,35%	30,39%	35,71%	38,41%	-	19,62%	46,28%

Fonte: UNILA em Números, 2022.

Quadro 5 – Quantitativo de Docentes por Nacionalidade

Nacionalidade	Quantidade de Docentes
Brasileiro Nato	357
Brasileiro Naturalizado	6
Estrangeiro	62
Total	**425**

Fonte: Plano de Desenvolvimento Institucional UNILA 2019-2023.

Como vimos na seção sobre composição docente e discente da UNILA, sabe-se que brasileiros e estrangeiros latino-americanos têm destaque nos números da universidade. Um eixo fundamental a se considerar para a efetividade da missão institucional é o cuidado com o egresso, bem como com medidas de cooperação para a revalidação de diplomas nos países parceiros. Apesar disso, são áreas que ainda encontram obstáculos na política institucional da UNILA.

O bilinguismo é um dos princípios institucionalizados nos documentos da UNILA e, por conta disso, faz-se necessária a criação de estruturas e mecanismos que viabilizem a sua efetivação: produção e emissão de documentos, práticas de ensino, planejamento curricular, atendimento à comunidade acadêmica, entre outras. A UNILA deve se adequar e promover políticas que atendam o contexto de diversidade linguístico-cultural e, nesse sentido, uma das ações recentemente aprovadas e instituídas foi o NIELI (Núcleo Interdisciplinar de Estudos da Língua(gem) e Interculturalidade), que tem por finalidade principal atuar no desenvolvimento da Política e Planejamento de Linguagem da UNILA. (PROINT, 2019)

O Relatório Integrado de Gestão 2020 assinala outro ponto que faz parte do rol de atividades de internacionalização da Educação Superior: visitas a instituições internacionais. Antes do período pandêmico, essas visitas foram voltadas, sobretudo, às negociações de acordos para dupla diplomação. São exemplos dessas visitas: Universidad de Arequipa - Peru; Universidad de Santo Agustín (UNSA) - Peru; Universidad Nacional de Colombia; Universidad Libre de Colombia; Universidad Piloto de Colombia; Universidad Distrital Francisco José de Caldas - Colômbia; SENA - Colômbia; Universidad de Los Andes - Colômbia; Universidad Nacional del Este - Paraguai; e Universidad Nacional de Misiones - Argentina. O acirramento da pandemia interrompeu parcialmente o fluxo de trabalho que havia sido acertado com essas instituições, mas “o diálogo entre gestores permaneceu rico, consolidando a imagem da UNILA como parceira estratégica para essas instituições e suas comunidades acadêmicas.”. (UNILA, 2020, p. 65)

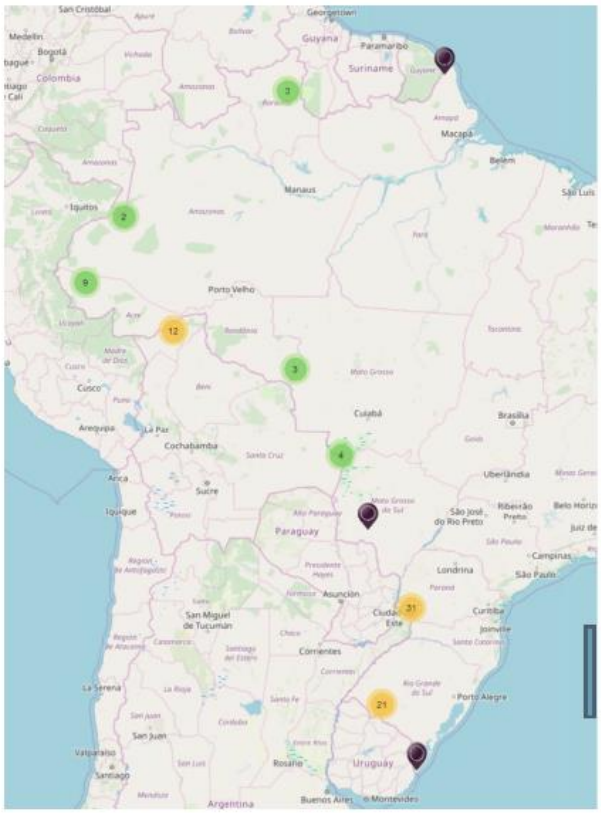
A UNILA, desde sua criação, reconhece a importância das redes e da cooperação internacional para o desenvolvimento de suas atividades acadêmicas e para alcançar um nível de qualidade nas ações de ensino, pesquisa e extensão. Por isso faz parte redes como o Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras (GCUB), o Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) e a Associação Brasileira de Educação Internacional (FAUBAI). Essas redes são espaços para discussão da educação em nível internacional, promoção de cooperação e de mobilidade acadêmica, e possuem um caráter de inserção da universidade em ambientes de discussões regionais. (PDI, 2019)

4.2 ATUAÇÃO DA UNILA NA REGIÃO FRONTEIRIÇA: LIMITES E POSSIBILIDADES PARA A PARADIPLOMACIA UNIVERSITÁRIA

Consideramos importante, iniciar a discussão do presente tópico trazendo a questão das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas localizadas em zona de fronteira, justamente pelo fato da UNILA se situar na região da tríplice fronteira Brasil – Paraguai – Argentina.

No Brasil, existem 88 (localizadas em 64 cidades), sendo que somente 14 são sedes de instituições, enquanto o restante são campi ou núcleos da instituição. As IES identificadas fazem fronteira com Argentina, Paraguai, Bolívia, Uruguai, Peru, Guiana, Colômbia, Venezuela e Guiana Francesa. Observa-se que, apesar da distância não estar diretamente vinculada ao fluxo transfronteiriço, a maioria das instituições está em até 50 km da fronteira, o que realça o potencial de desenvolvimento de ações conjuntas entre os países limítrofes. (STRUCKES et. al, 2019)

Figura 9 – Mapa resumido das IES públicas de Fronteira



Fonte: STRUCKES et. al, 2019, p. 5.

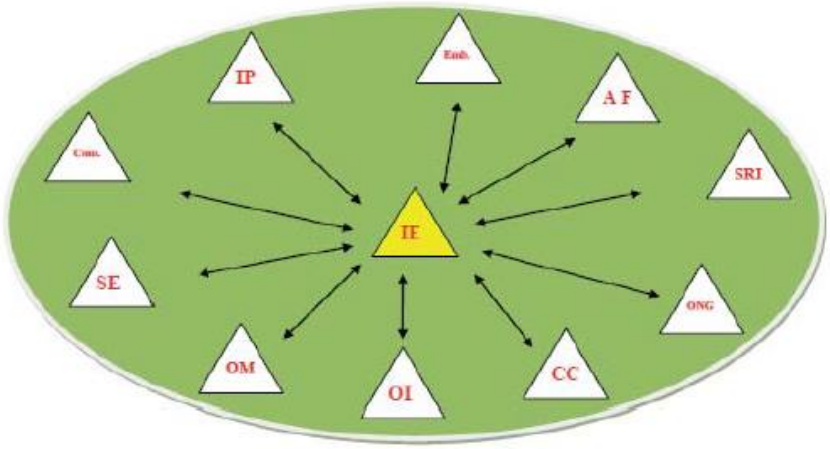
Esse cenário pode oportunizar vantagens às universidades de fronteira no sentido de se converterem em importantes agentes paradiplomáticos. Nesse caso, as universidades serão atores capazes de projetar sua internacionalização a partir de temas que levam em consideração seu entorno geográfico, bem como do estabelecimento de suas relações com instituições similares, resultando no fortalecimento do tripé ensino-pesquisa-extensão. (CORREA; LUEDY, 2017)

O que se percebe é que as questões cotidianas das cidades e estados subnacionais – especialmente daqueles localizados em regiões fronteiriças – criam uma agenda que afeta mais diretamente a vida dessas comunidades do que a agenda criada pela política externa da alta burocracia estatal. Nesse sentido, novos atores locais ganham proeminência na construção das relações internacionais nos mais diversos assuntos. Existem vários tipos de agentes nessa dinâmica paradiplomática, incluindo as universidades. (CORREA; LUEDY, 2017)

Na região de fronteira especialmente, a universidade deve representar a ligação entre os setores educacionais. A instituição é capaz de sinalizar, por meio da pesquisa e da extensão, as demandas da sociedade local, bem como as especificidades da região, tornando mais viável a resolução de problemas educacionais já vivenciados há longo tempo. (CORREA; ALVES, 2016)

Correa e Alves (2016) argumentam que caso uma Instituição de Ensino (IE) atue de maneira isolada, a sua ação terá muitas limitações. Entretanto, se houver articulação da IE com outros atores subnacionais, a sua ação pode ser fortalecida. Os autores destacam, de acordo com o que consta na Figura 4, alguns agentes e setores importantes na ação paradiplomática ligados à educação na região de fronteiras: Instituições de Ensino (IE), Consulados (Cons.); Embaixadas (Emb.); Cônsules, Embaixadores, Centros Culturais (CC), Secretaria de Relações Internacionais (SRI), Secretaria de Educação (SE), Organizações não-governamentais (ONG), Agências de Fomento (AF), Instituições de Pesquisa (IP), Organizações Internacionais (OI), Organizações ligadas à migração (OM). (CORREA; ALVES, 2016)

Figura 10 – Agentes ligados à educação na região fronteiriça



Fonte: CORREA; ALVES, 2016, p. 108.

A UNILA está localizada na cidade de Foz do Iguaçu (Brasil), em uma região trinacional formada pelas fronteiras com Ciudad del Este (Paraguai) e Puerto Iguazú (Argentina). Essas cidades "trigêmeas", somadas ainda a localidades próximas, como Hernandarias, Presidente Franco, Santa Terezinha de Itaipu e São Miguel do Iguaçu, conformam um espaço urbano de cerca de 800 mil habitantes. Trata-se, portanto, da segunda região fronteiriça mais habitada da América Latina. (PROINT - UNILA, 2019)

Além disso, a UNILA está inserida em uma região de crucial importância geopolítica devido a suas especificidades: a presença da Itaipu, do Aquífero Guarani e de uma importante área comercial (pela presença da zona franca e do terceiro polo comercial do mundo em Ciudad del Este) e turística (Cataratas do Iguaçu).

Sendo assim, retornamos ao que Duchacek (1990) falou sobre a existência de três tipos de paradiplomacia: a regional transfronteiriça, a transregional e a global. Enquanto o primeiro está relacionado ao contato entre unidades fronteiriças de países diferentes; o segundo acontece com o contato entre unidades não fronteiriças, mas de países limítrofes; e o último com o contato entre unidades de diferentes países, mesmo que distantes. A localização geográfica da UNILA faz com que a universidade encontre potencialidades para o aprofundamento de relações articuladas a fim de fortalecer um tipo de paradiplomacia transfronteiriça e não somente transregional ou global.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

o entendimento acerca das mudanças de ênfase conferidas a determinadas temáticas – como é o caso da educação – é facilitada quando empreendemos esforços na análise de todos esses planos. Por esse motivo, a nossa investigação caminhou desde a criação do Mercosul, passando pela atuação do Mercosul Educacional e pelas mudanças de ênfase conferidas à temática tanto pelo bloco quanto pela Política Externa Brasileira. Dessa forma, a nossa preocupação inicial foi a de elencar fatores que permitem pensar a criação da UNILA não somente como resultado de uma iniciativa do governo brasileiro, mas também de uma conjuntura regional.

Constatamos que o interesse do governo brasileiro e a conjuntura nacional favorável foram fundamentais para que da “Universidade do Mercosul” originasse a UNILA. As negociações para a criação da universidade se desenvolveram no segundo mandato de Lula da Silva, período em que a PEB foi mais assertiva na busca de uma liderança regional brasileira na América do Sul, com projeção na América Latina, o que auxilia na compreensão da ampliação da vocação da instituição de mercosulina para latino-americana. A criação da UNILA, portanto, está inserida na estratégia da política externa brasileira do governo de Lula da Silva em concretizar o interesse nacional brasileiro de integrar os povos da região, através da ampliação das relações políticas e socioculturais do Brasil com a América Latina. (ROSEVICS, 2020)

Buscamos debater as três dimensões da condição de singularidade da universidade brasileira vocacionada à integração da América Latina. Essas dimensões são as seguintes: a vinculação da UNILA aos princípios das relações internacionais do Brasil; a composição docente e discente; e a proposta de ensino, pesquisa e extensão. Todas essas dimensões trazem elementos que nos possibilitam refletir sobre o projeto que foi idealizado para a universidade e que a difere das demais instituições do país. No entanto, tivemos o necessário cuidado de identificar os momentos em que a “UNILA ideal” acaba por se distanciar da “UNILA real”.

Num contexto de integração regional, as universidades constituem instituições privilegiadas para a instauração da cultura do respeito à diversidade concomitante a uma interação compartilhada do conhecimento. Reconhece-se a urgência de promover, por intermédio do conhecimento e da cultura, a cooperação e o intercâmbio solidários com os demais países da América Latina.

A atuação da UNILA, em relação à paradiplomacia, ganha destaque no âmbito das potencialidades. Isso, porque, apesar de estar localizada na tríplice fronteira – o que indica a possibilidade de intensificar relações com o entorno – acaba não sendo o foco de seus projetos e convênios. Dessa forma, a UNILA é uma universidade que está **na** fronteira, porém não se configura como uma universidade **de** fronteira.

REFERÊNCIAS

ABBA, M. J. Un análisis de la internacionalización universitaria a través del estudio de caso de la Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). In: LIMA, M. C.; RICOBOM, G.; PROLO, I. (Org.) **UNILA: Uma universidade necessária.** Buenos Aires: CLACSO, 2020, p.143-194.

BERTOLLETI, V. A. **A educação superior como estratégia de integração regional:** o caso Unila. Tese de Doutorado em Educação. Maringá: UEM, Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, 2017.

BRACKMANN, M. M. **Internacionalização da educação superior e política externa brasileira:** estudo da criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila). Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Porto Alegre: UFRGS, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2010.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em:

BRASIL. Lei nº 12.189, de 12 de janeiro de 2010. Dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12189.htm>. Acesso em:

_____. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em:

_____. Ministério da Educação. Ministros discutem Universidade do Mercosul em seminário regional. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/212-noticias/educacao-superior--1690610854/6924-sp-342914167?Itemid=3>. Acesso em:

_____. REUNI. Disponível em: <http://reuni.mec.gov.br/>. Acesso em:

CARVALHO, G. C. **A política externa brasileira e o processo decisório da integração sul-americana na era Lula:** interesses, atores e as transformações do sistema interestatal. 283f. Tese (Doutorado em Economia Política Internacional) – Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

CERVO, A. L.; LESSA, A. C. O declínio: inserção internacional do Brasil (2011-2014). **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol.57, n.2, 2014, p.133-151.

COMISSÃO DE IMPLANTAÇÃO DA UNILA. **A Unila em construção:** um projeto universitário para a América Latina. Foz do Iguaçu: IMEA, 2009. Disponível em: <https://portal.unila.edu.br/institucional/arquivos/copy_of_Unilaemconstruo.pdf>. Acesso em:

_____. **UNILA: Consulta internacional** – contribuições à concepção, organização e proposta político-pedagógica da UNILA. Foz do Iguaçu: IMEA, 2009b. Disponível em: <http://flacso.org.br/files/2015/08/UNILA_Consulta_Internacional-2009.pdf>. Acesso em:

CORREA, P. G. P.; ALVES, M. J. dos S. A Universidade Federal do Amapá em Oiapoque: Realidade, Potencialidades e Desafios da Educação na Fronteira Brasil-Guiana Francesa. **Revista GeoPantanal**, v. 11, 2016, p. 105-115.

CORREA; P. G. P.; LUEDY, T. Universities as paradiplomatic ators in the border regions: a case study on the borders between Brazil and the Guiana Region. **Monções**, v. 6, n. 12, 2017, p. 258-276.

CRES. Declaração da Conferência Regional de Educação Superior na América Latina e no Caribe. **Avaliação**, v. 14, n. 1, 2009, p. 235-246.

DUCHACEK, I. Perforated Sovereignties: Toward a typology of new actors in international relations. In: MICHELMANN, H.; SOLDATOS, P. **Federalism and International Relations:** the role of subnational units. New York: Oxford University Press, 1990, p. 1-33.

FERRER, A. Densidad nacional y densidad regional. **Densidades**, n.1, 2008, p. 7-11.

FOLHA DE S. PAULO. Leia a íntegra do Consenso de Buenos Aires, 2003. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u54487.shtml>. Acesso em:

INSTITUTO SOCIAL DEL MERCOSUR. **La dimensión social del Mercosur** – Marco conceptual, 2013. Disponível em: <http://www.ismercosur.org/es/biblioteca/download-info/la-dimension-social-del-mercosur-marco-conceptual/>. Acesso em:

KEATING, M. Regions and International Affairs: Motives, Opportunities and Strategies. In: ALDECOA, F.; KEATING, M. **Paradiplomacy in Action:** The Foreign Relations of Subnational Governments. London: Routledge, 2013, p. 1-16.

KRAWCZYK, N. R. As Políticas de Internacionalização das Universidades no Brasil: o caso da regionalização no Mercosul. **Jornal de Políticas Educacionais**, n. 4, 2008, p. 41-52. Disponível em: <http://www.jpe.ufpr.br/n4_5.pdf>. Acesso em:

LACHAPELLE, G.; PAQUIN, S. **Mastering globalization:** new sub-states' governance and strategies. London: Routledge, 2005.

MOROSINI, M. C. Estado do conhecimento sobre internacionalização da educação superior: Conceitos e práticas. **Educar**, Curitiba, n. 28, 2006, p. 107-124.

PERROTTA, D. La vieja nueva agenda de la educación en el Mercosur. **Densidades**, n. 13, 2013, p. 43-76.

PERROTTA, D. **La cooperación educativa en América Latina y la pregunta por el desarrollo.** El país, 2015. Disponível em:

<https://elpais.com/elpais/2015/07/12/contrapuntos/1436717516_143671.html>. Acesso em:

PERROTTA, D. MERCOSUR, regionalismo regulatorio y gobernanza de la educación superior. **Relaciones Internacionales,** n. 51, 2016, p. 1-22.

PERROTTA, D.; BATISTA, J. P. El Mercosur en el nuevo escenario político regional: más allá de la conyuntura. **Desafíos**, n. 30, v. 1, 2018, p. 91-134.

PERROTTA, D. Integración regional e internacionalización universitaria en América Latina. **Política universitaria**, n. 6, v. 2, 2019, p. 10-19.

PERROTTA, D.; SHARPE, A. S. Política exterior y procesos de internacionalización del sistema científico y universitário: Argentina y Brasil (2003-2019). **Sociologia**, n. 54, 2020, p. 88-119.

PINHEIRO, L.; BESHARA, G. L. Política externa e educação: confluências e perspectivas no marco da integração regional. In: PINHEIRO, L.; MILANI, C. R. S. **Política externa brasileira*:*** as práticas da política e a política das práticas. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2011, p. 149-180.

PROLO, I.; LIMA, M. C.; MONIZ, G. C. UNILA: Universidade como vetor da integração regional. **Educ. Soc.**, v. 40, 2019, p. 1-18.

PROLO, I; LIMA, M. C.; MONIZ, G. C. UNILA: Materialização de um projeto universitário latino-americano orientado para a integração regional. In: LIMA, M. C.; RICOBOM, G.; PROLO, I. (Org.) **UNILA: Uma universidade necessária.** Buenos Aires: CLACSO, 2020, p. 325-389.

ROSEVICS, L. **O Mercosul educacional e a criação da UNILA no início do século XXI:** por uma integração regional via educação. 149f. Tese (Doutorado em Economia Política Internacional) – Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

ROSEVICS, L. Do Mercosul à América Latina. Reflexões sobre a construção da UNILA. In: LIMA, M. C.; RICOBOM, G.; PROLO, I. (Org.) **UNILA: Uma universidade necessária.** Buenos Aires: CLACSO, 2020, p. 57-96.

SALOMÓN, M. A dimensão subnacional da política externa brasileira: determinantes, conteúdos e perspectivas. In: PINHEIRO, L.; MILANI, C. R. S. **Política externa brasileira:** as práticas da política e a política das práticas. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, p. 269-300, 2011.

SOLDATOS, P. An Explanatory Framework for the Study of Federated States as Foreign Policy Actors. In: MICHELMANN, H. J.; SOLDATOS, P. **Federalism and International Relations:** the role of subnational units. New York: Oxford University Press, p. 34-53, 1990.

STRUCKES, C. D.; BAUMGRATZ, D.; SALLES, D.; BANDEIRA; K.; BARBOSA, L. B. Relatório **Universidades de fronteira:** um estudo sobre o perfil institucional e as necessidades das Instituições de Ensino Superior em áreas de fronteira no Brasil. 2019

UNILA. Estatuto da Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Publicado no Diário Oficial da União, Brasília, através da Portaria 32, de 11/04/2012. Disponível em: <https://unila.edu.br/sites/default/files/files/ESTATUTO%20UNILA%20de%2026%20DE%2009%282%29%281%29%281%29.pdf>. Acesso em:

_____. Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), relativo ao quinquênio 2013-2017, 2013a. Disponível em: <https://portal.unila.edu.br/institucional/documentos-oficiais/pdi-2013-2017>. Acesso em:

_____. Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), relativo ao quinquênio 2019-2023, 2019b. Disponível em: <https://portal.unila.edu.br/proplan/planejamento/pdi-unila-2019-2023.pdf>. Acesso em:

_____. Regimento geral da universidade, 2020. Disponível em: <https://portal.unila.edu.br/institucional/documentos-oficiais/REGIMENTOGERALDAUNILAATUALIZADOEM20DEOUTUBRODE20201.pdf>. Acesso em:

_____. Resolução 009/2013. Aprova o Projeto Pedagógico do Ciclo Comum de Estudos da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Foz do Iguaçu, 2013b. Disponível em: <www.unila.edu.br/sites/default/files/resolucao_009_2013_ciclo_comum_estudos.pdf>. Acesso em:

_____. Resolução CONSUN 005/2019. Aprova a Política de Internacionalização da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Foz do Iguaçu, 2019a. Disponível em: <https://portal.unila.edu.br/mestrado/biociencias/arquivos/CONSUN_Resolucao_2019.005_Politica_Internacionalizacao.pdf>. Acesso em:

_____. Relatórios de gestão. Disponível em: <www.unila.edu.br/acessoainformacao/relatorios-gestao>. Acesso em:

_____. UNILA em números. Disponível em: <https://www.unila.edu.br/sites/default/files/files/unila-em-numeros.pdf>. Acesso em:

_____. A vocação da UNILA. Disponível em: <https://unila.edu.br/conteudo/voca%C3%A7%C3%A3o-da-unila>. Acesso em:

_____. Convênios internacionais. Disponível em: <https://documentos.unila.edu.br/convenios-internacionais>. Acesso em:

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Quatro países debatem a proposta de criação da Universidade do Mercosul. Disponível em: <https://www.ufpr.br/portalufpr/noticias/quatro-paises-debatem-proposta-de-criacao-da-universidade-do-mercosul-2/>. Acesso em:

VÁZQUEZ, M.; BRICEÑO-RUIZ, J. O Mercosul na época de Lula e Kirchner: um balanço, seis anos depois. **Nueva Sociedad**, n. 98, 2009.

VIGEVANI, T.; CEPALUNI, G. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto Internacional**, v. 29, n. 2, 2007, p. 273-335.